



ESTADO DO ACRE  
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO

Av. Getúlio Vargas, 232, Palácio das Secretarias - 1º e 2º andares - Bairro Centro, Rio Branco/AC, CEP 69900-060  
Telefone: - www.ac.gov.br

**EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO SRP N.º 175/2026- COMPRASGOV N.º 90175/2026**

O Estado do Acre, por intermédio da Secretaria Adjunta de Compras, Licitações e Contratos - SELIC, infra qualificada, torna público aos interessados que na data, horário, e condições abaixo indicados, fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO na forma ELETRÔNICA**, tudo de conformidade com Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023, Lei Complementar nº. 123/2006, Lei nº. 8.078/90, Código de Defesa do Consumidor, aplicando-se subsidiariamente, a Lei nº. 14.133/2021 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Esta licitação foi regularmente autorizada pelo **Órgão Contratante** conforme consta no processo administrativo, sendo a Secretaria Adjunta de Compras, Licitações e Contratos - SELIC, órgão da estrutura administrativa da Secretaria de Estado de Administração - SEAD, responsável pelos procedimentos licitatórios, designada como **Órgão Promotor** da licitação.

PROCESSO ADMINISTRATIVO:	0006.016602.00185/2025-83
ÓRGÃO CONTRATANTE:	Secretaria de Estado de Administração - SEAD
UASG:	927996
MODALIDADE:	PREGÃO
FORMA:	ELETRÔNICO
SRP:	<input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
CRITÉRIO DE JULGAMENTO:	<input type="checkbox"/> MENOR PREÇO POR ITEM <input type="checkbox"/> MENOR PREÇO POR LOTE <input checked="" type="checkbox"/> MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO (TAXA DE ADMINISTRAÇÃO) <input type="checkbox"/> MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO POR LOTE
MODO DE DISPUTA:	<input checked="" type="checkbox"/> ABERTO
VALOR DE CARÁTER SIGILOSO:	<input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
VALOR ORÇADO:	<input checked="" type="checkbox"/> Valor Estimado <input type="checkbox"/> Valor Máximo Aceitável <input type="checkbox"/> Valor de Referência
PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS (Observado o disposto no art. 4º § 1º da Lei 14.133/2021)	<input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO
INTERVALO MÍNIMO DE DIFERENÇA ENTRE OS LANCES (DISPUTA ABERTA):	VALOR [R\$ 0,01]
INVERSÃO DE FASES:	<input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO
PROVEDOR:	Sistema de Compras do Governo Federal (COMPRASGOV). <a href="http://www.gov.br/compras/pt-br/">http://www.gov.br/compras/pt-br/</a>
DATA DA ABERTURA:	28/05/2026
HORÁRIO DE BRASÍLIA:	09h15min
PERÍODO DE RETIRADA:	11/05/2026 à DATA DE ABERTURA
ENDEREÇO ELETRÔNICO:	<a href="http://www.gov.br/compras/pt-br/">http://www.gov.br/compras/pt-br/</a> e/ou <a href="http://www.licitacao.ac.gov.br">http://www.licitacao.ac.gov.br</a>
PREGOEIRO(A):	Joelson Queiroz Souza Amorim
NOMEAÇÃO:	Portaria SEAD nº. 255 de 26 de Março de 2026, publicado no Diário Oficial do Estado do Acre, ano LVII, Nº. 14.233 de 27 de Março de 2026.
Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo	

O Pregão será realizado pelo(a) Pregoeiro(a) a ser designado por esta secretaria, bem como os Servidores que irão compor a equipe de apoio. Na ausência ou impedimento do(a) Pregoeiro(a) ou equipe de apoio indicado neste item, poderão atuar outros servidores oficialmente capacitados e designados pela Administração.

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto da presente licitação a Registro de preços para Contratação de empresa para prestação de serviços especializados na administração, gerenciamento e fornecimento de combustível na forma de cartão magnético ou similar (sistema web, chips, tag's eletrônicas - RFID) ou outra solução tecnológica equivalente para atender a demanda dos veículos oficiais da frota da Secretaria de Estado de Administração - SEAD, bem como dos demais órgãos partícipes que compõem o Poder Executivo do Estado do Acre (ITERACRE, AGEAC, SEPI, EMATER, IAPEN, PROCON, SEHURB, PMAC, SEPLAN, ANAC, SANEACRE, SEAGRI, CBMAC, PCAC, ISE, SEGOV, SECOM, FEM), nos termos da tabela abaixo:

1.2. Em caso de divergência existente entre as especificações deste objeto descritas no COMPRASGOV e as especificações constantes do Anexo I deste Edital prevalecerão às últimas.

1.3. Acompanham este Edital os seguintes Anexos:

Anexo I: Termo de Referência

Anexo II: Minuta da ata de Registro de Preço

Anexo III: Minuta de Contrato

Anexo IV: Modelo de Proposta de Preços

Anexo V: Matriz de Risco

2. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O Registro de Preços será formalizado por intermédio da Ata de Registro de Preços, na forma do Anexo II e condições previstas neste Edital.

2.2. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de (01) um ano contado da data da sua assinatura, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovada a vantajosidade do preço.

2.2.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida na forma prevista no art. 341 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023.

3. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

3.1. Qualquer pessoa poderá apresentar pedido de esclarecimentos ou impugnação ao edital de licitação, por meio eletrônico, no e-mail: [selic.protocolo@gmail.com](mailto:selic.protocolo@gmail.com), ou excepcionalmente ou por escrito e entregue sob protocolo da Secretaria Adjunta de Compras, Licitações e Contratos - SELIC, localizada na Estrada do Aviário, 927 – Bairro Aviário - Rio Branco/Acre - CEP 69900-830, de segunda à sexta feira, no horário de 7h às 14h, em até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública.

3.2. O(A) Pregoeiro(a) responderá aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela fase preparatória.

3.3. A impugnação não possuirá efeito suspensivo, exceto em situações excepcionais devidamente motivadas pelo(a) Pregoeiro(a) nos autos do processo de licitação.

3.4. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações serão divulgadas por meio de notificações no sistema COMPRASGOV <http://www.gov.br/compras/pt-br> e no site <http://www.licitacao.ac.gov.br>, ficando todos os interessados obrigados a acessá-los para obtenção das informações prestadas pelo(a) Pregoeiro(a).

3.5. Acolhida a impugnação, será republicado o edital com as mesmas formalidades de sua publicação original e, conforme o caso, será definida nova data para a realização do certame, observando-se a regra do art. 145 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023.

4. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

4.6. A participação na licitação importa total, irrestrita e irrevogável submissão dos proponentes às condições deste Edital.

4.7. Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO os interessados que:

4.7.1. Cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.

4.7.2. Estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

4.7.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.7.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.7.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.8. Não poderão concorrer direta ou indiretamente nesta licitação:

4.8.6. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.8.7. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

4.8.8. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

4.8.9. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

4.8.10. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.8.11. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.8.12. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.8.13. tenham agente público integrante do órgão promotor e/ou do órgão solicitante da licitação, que participe da empresa na qualidade de sócio, dirigente ou responsável técnico, vedada também sua participação indireta;

4.8.13.1. A vedação de que trata o item anterior estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4.8.14. estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação, EXCETO quando autorizada judicialmente ou quando estiver com plano de recuperação aprovado e homologado.

- 4.8.15. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 4.8.16. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 4.8.17. Conste a inscrição da empresa no [Sistema Integrado de Registro do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP](#). Sendo a inscrição impeditiva apenas nos casos em que o efeito da sanção apontada no referido cadastro representar óbice à participação em licitações e contratações no Estado do Acre.
- 4.9. O impedimento de que trata o **item 4.3.4** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 4.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os **itens 4.3.2 e 4.3.3** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 4.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 4.12. O disposto nos itens **4.3.2 e 4.3.3** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 4.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

## 5. DO CREDENCIAMENTO E DA REPRESENTAÇÃO

- 5.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site <http://www.gov.br/compras/pt-br/>.
- 5.2. O credenciamento do interessado e de seu representante junto ao sistema eletrônico de compras implicará a sua responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade para a realização das transações inerentes à licitação.
- 5.3. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico de compras durante a sessão pública da licitação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 5.4. Caberá ao licitante interessado em participar do processo licitatório na forma eletrônica observar o disposto no art. [148 do Decreto Estadual 11.363/2023](#).

## 6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 6.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 6.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, **conforme o critério de julgamento adotado neste Edital**, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 6.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.
- 6.4. **No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:**
- 6.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, conforme disposto no [art. 63 § 1º da Lei 14.133/2021](#).
- 6.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);
- 6.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);
- 6.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 6.5. O licitante organizado em cooperativa, **quando permitido a participação**, deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 6.6. **O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.**
- 6.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 6.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 6.7. A falsidade da declaração de que trata os **itens 6.4 ou 6.6** sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 6.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 6.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 6.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 6.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 6.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima, conforme estabelece o [artigo 19 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#)
- 6.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 6.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 6.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto, conforme estabelece a [Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022 \(art. 19, § 1º\)](#).
- 6.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do **item 6.11** possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 6.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

6.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

- 7.**DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**
- 7.1.O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 7.1.1.**Valor unitário e total ou percentual de desconto conforme critério estabelecido no preâmbulo deste edital,** e demais informações exigidas no próprio campo do sistema.
- 7.2.Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 7.3.Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 7.4.Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 7.5.A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico/Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 7.6.Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações, quando participarem de licitações públicas.
- 7.7.Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Projeto Básico/Termo de Referência.
- 7.8.A existência de elementos na proposta que permitam a identificação do licitante, antes da fase de lances, ensejarão a desclassificação da proposta inicial, conforme estabelece no [art. 151 § 4º do Decreto Estadual 11.363/2023](#).

- 8.**DA SESSÃO PÚBLICA**
- 8.1.A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo(a) Pregoeiro(a), ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste edital, no sítio <http://www.gov.br/compras/pt-br/>.
- 8.2.Durante a sessão pública, a comunicação entre o(a) Pregoeiro(a) e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico (“chat”).
- 8.3.Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 8.4.O(A) Pregoeiro(a) poderá suspender a sessão pública do certame, justificando, no “chat”, os motivos da suspensão e informando, quando houver, a data e o horário previstos para a reabertura da sessão.
- 8.5.Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 8.5.1.Na inversão de fases prevista no item anterior, serão observadas as seguintes disposições:

I - apresentação simultânea pelos licitantes dos documentos de habilitação e das propostas, exceto os relativos à regularidade fiscal;

II - análise dos documentos de habilitação de todos os licitantes;

III - divulgação do resultado da habilitação;

IV - disputa entre os licitantes habilitados;

V - exigência e análise dos documentos relativos à regularidade fiscal apenas do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar;

VI - divulgação do resultado do julgamento; e

VII - previsão de duas etapas recursais, observando-se o disposto no [art. 241 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023](#).
- 8.6.Qualquer interessado poderá acompanhar o seu desenvolvimento em tempo real, por meio da internet.

- 9.**DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS, FORMULAÇÃO DE LANCES E NEGOCIAÇÃO**
- 9.1.A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 9.2.Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 9.3.O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.
- 9.4.Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 9.5.O lance deverá ser ofertado pelo **MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO TAXA DE ADMINISTRAÇÃO**
- 9.6.O prazo mínimo de validade da proposta será de 90 dias a contar da sessão pública.
- 9.7.Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 9.8.O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema, observando-se, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir o melhor lance.
- 9.9.O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser conforme intervalo disposto no preâmbulo do edital.
- 9.10.O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 9.11.Durante a fase de lances, o(a) Pregoeiro(a) poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.
- 9.12.Neste Pregão o **modo de disputa adotado é o "aberto"**, assim definido no [art. 155 do Decreto Estadual nº 11.363, de 22 de novembro de 2023](#).
- 9.13.O envio de lances no pregão eletrônico o modo de **disputa “aberto”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 9.13.1.A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 9.13.1.1.A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 9.13.1.2.Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 9.13.2.Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o(a) pregoeiro(a), auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir, por uma única vez, o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 9.13.2.1.Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances.
- 9.13.2.2.Os lances iguais serão classificados conforme a ordem de apresentação.

- 9.13.3. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de classificação.
- 9.14. Não serão registrados lances iguais na etapa de disputa aberta e prevalecerá o que for registrado primeiro.
- 9.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, **vedada a identificação do licitante**.
- 9.16. No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 9.16.1. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a 15 (quinze) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada após comunicação expressa no sistema, sempre que possível, no turno seguinte ou em outra data previamente comunicada aos participantes com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.
- 9.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 9.18. Após apresentação da proposta e/ou lances não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo(a) Pregoeiro(a).
- 9.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática no sistema. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 9.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 9.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 9.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 9.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 9.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, e art. 219 do Decreto Estadual nº 11.363/2023 nesta ordem:
- 9.20.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta de preço em ato contínuo à classificação;
- 9.20.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 9.20.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 9.20.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 9.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 9.21.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 9.21.2. empresas brasileiras;
- 9.21.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 9.21.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).
- 9.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previsto em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em sessão pública, para o qual todos os licitantes serão convocados.
- 9.23. O(A) Pregoeiro(a) poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica no sistema.
- 9.23.1. Eventual exclusão de proposta do licitante na hipótese de que trata o item anterior implicará a retirada do licitante do certame.
- 9.24. Definido o resultado da disputa, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar o preço com o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar.
- 9.24.1. Ao licitante é assegurado o **prazo mínimo de 5 (cinco) minutos** para manifestação e/ou resposta, sob pena de desclassificação se extrapolar este limite de tempo, quando sua proposta estiver acima do estimado.
- 9.24.1.1. Caso o licitante manifeste o interesse em negociar, o(a) Pregoeiro(a) poderá conceder novo prazo para aceitação da contra proposta.
- 9.24.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou com o percentual abaixo do definido pela Administração.
- 9.24.3. A negociação será realizada, exclusivamente, por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 9.24.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 9.25. Antes da convocação para apresentar a proposta adequada ao último lance, o(a) Pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 9.25.1. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF;
- 9.25.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>); e
- 9.25.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>).
- 9.25.3.1. O registro sanção da empresa no SICAF ou CEIS ou CNEP será impeditiva apenas nos casos em que o efeito da sanção apontada no referido cadastro representar óbice à participação em licitações e contratações no Estado do Acre.
- 9.26. O(A) Pregoeiro(a) solicitará o envio da proposta de preços conforme condições mínimas previstas no **Modelo de Proposta de Preços constante do Anexo IV deste edital, no prazo mínimo de 2 (duas) horas**, adequada ao valor final ofertado, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, **sob pena de desclassificação**.
- 9.27. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado por igual período, antes do término do prazo originalmente previsto, mediante solicitação do licitante através do chat no sistema eletrônico ou através do e-mail: [selic.protocolo@gmail.com](mailto:selic.protocolo@gmail.com), a critério do(a) Pregoeiro(a).
- 9.28. Para o envio dos documentos, o(a) Pregoeiro(a) fará uso da opção “**Convocar Anexo**”, selecionando na tela do Sistema, o fornecedor convocado. O Sistema encaminhará, via chat, mensagem de convocação disponibilizando-a a todos, inclusive para a sociedade. Nesse momento o fornecedor convocado poderá encaminhar arquivo anexo, por meio do link “Anexar”, disponível apenas para o fornecedor selecionado.
- 9.28.1. Confirmado o envio do anexo, o link “Anexar” do fornecedor passa a ter a função de “Consultar”. Na tela do(a) Pregoeiro(a), após a convocação, o Sistema informa na coluna “Anexo” o link “Convocado”, o qual, após o envio do anexo pelo fornecedor, passa a disponibilizar o link “Consultar”.
- 9.28.2. Diante da indisponibilidade momentânea do campo próprio do sistema eletrônico, o licitante, excepcionalmente, poderá remeter pelo e-mail [selic.protocolo@gmail.com](mailto:selic.protocolo@gmail.com), dentro do prazo estabelecido.
- 9.29. Incumbirá o Licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão.
- 9.30. Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.



10. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DA ACEITABILIDADE

- 10.1. O julgamento das Propostas de Preços dar-se-á **conforme critério de julgamento estabelecido no preâmbulo deste edital**, observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos no Edital e seus anexos.
- 10.2. O(A) Pregoeiro(a) realizará a verificação da conformidade da proposta provisoriamente classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto especificado e à compatibilidade do preço ou percentual de desconto, conforme critério de julgamento estabelecido no preâmbulo, em relação ao estimado pela contratação.
- 10.3. **O(A) Pregoeiro(a) poderá solicitar parecer do setor técnico do órgão demandante para orientar sua decisão.**
- 10.4. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.
- 10.4.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.
- 10.5. **Será desclassificada a proposta que:**
- 10.5.1. Não atender às especificações técnicas previstas neste edital e seus anexos;
- 10.5.2. Permanecer, após a etapa de negociação, com preço acima do orçamento estimado para a contratação ou com o percentual abaixo ao estimado para a contratação;
- 10.5.3. Apresentar desconformidade insanável com quaisquer outras exigências do edital;
- 10.5.4. Apresentar preço manifestamente inexequível.
- 10.5.4.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 10.5.5. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pelo Administração.
- 10.6. Considera-se indícios de inexequibilidade da proposta:
- 10.6.1. em serviços de engenharia, valores inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração Pública; e
- 10.6.2. no caso de fornecimentos e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 10.7. O(A) Pregoeiro(a) por meio de diligência, deverá conferir ao licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade de sua proposta.
- 10.7.1. A inexequibilidade, só ficará comprovada quando, cumulativamente:
- 10.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 10.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 10.8. Em sede de diligência, somente será possível a aceitação de novos documentos quando:
- 10.8.1. necessários para complementar informações acerca dos documentos já apresentados pelo licitante e que se refiram a fato já existente à época da abertura do certame;
- 10.8.2. destinados à atualização de documentos vencidos após a data de recebimento das propostas.
- 10.9. O(A) Pregoeiro(a), por meio de diligência, poderá encaminhar o processo para o órgão ou entidade demandante para que se manifeste a respeito da exequibilidade da proposta.
- 10.10. A análise de exequibilidade da proposta não considerará materiais e instalações a serem fornecidos pelo licitante em relação aos quais conste da proposta renúncia expressa à parcela ou à totalidade da remuneração.
- 10.11. Quando o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar for desclassificado, o(a) Pregoeiro(a) convocará os demais licitantes, na ordem de classificação, para negociação.
- 10.12. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas, empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o(a) Pregoeiro(a) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- 10.13. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o(a) Pregoeiro(a) verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

11. DA HABILITAÇÃO

- 11.1. A habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e qualificação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril de 2018.
- 11.2. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante classificado em primeiro lugar.
- 11.3. As empresas licitantes deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica, à Regularidade Fiscal e Trabalhista, Qualificação Econômico-Financeira, Qualificação Técnica:
- 11.3.1. **Habilitação Jurídica**
- a) Contrato social ou instrumento equivalente.
- 11.3.2. **Regularidade Fiscal e Trabalhista**
- a) Prova de regularidade com a Fazenda Federal e Seguridade Social (Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União);
- b) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal, do domicílio ou sede do licitante, na forma da lei
- c) Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos Negativa da Dívida Ativa do Estado.
- d) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei; e
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, relativos a débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.
- 11.3.3. **Qualificação Econômico-Financeira**
- a) Certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial ou Certidão Negativa de Ação Cível em que não conste ação de falência/recuperação judicial/concordata/extrajudicial expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica, **EXCETO quando autorizada judicialmente ou quando estiver com plano de recuperação aprovado e homologado**
- b) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações **contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais**, conforme estabelece o [Art. 69 da Lei 14.133/2021](#).
- b.1) O último exercício social para o registro dos balanços nos órgãos competentes será aquele estabelecido no art. 1.078 do Código Civil Brasileiro, qual seja, **30 de abril do ano seguinte**. Tal prazo, não se aplica as empresas que utilizam o Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, que será até o último dia útil do mês de maio do ano seguinte.
- c) O licitante deverá comprovar através seu balanço do último exercício social, que possui patrimônio líquido igual ou superior a 2% (dois por cento) do valor estimado da contratação, na forma da lei, de acordo com o [§4º do art. 69 da Lei nº 14.133/2021](#).
- 11.3.4. **Qualificação Técnica**
- a) **Atestado de capacidade técnica**, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ter o licitante fornecido satisfatoriamente os bens ou serviços pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação. Podendo ser exigido da proposta melhor classificada, em diligência, que apresente cópia

atencida do contrato de prestação do serviço ou da nota fiscal, que deram origem ao Atestado.

**b) E demais exigências solicitadas no Termo de Referência - Anexo I ITEM 7., do edital.**

- 11.4. A verificação pelo(a) Pregoeiro(a), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 11.5. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf e documentos complementares (quando for o acaso) serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo mínimo de **2 (duas) horas**, contado da solicitação do(a) Pregoeiro(a), **sob pena de inabilitação**.
- 11.5.1. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado por igual período, antes do término do prazo originalmente previsto, mediante solicitação do licitante através do chat no sistema eletrônico ou através do e-mail: [selic.protocolo@gmail.com](mailto:selic.protocolo@gmail.com), a critério do(a) Pregoeiro(a).
- 11.5.2. Para tanto, o(a) Pregoeiro(a) fará uso da opção “**Convocar Anexo**”, selecionando na tela do Sistema, o fornecedor convocado. O Sistema encaminhará, via chat, mensagem de convocação disponibilizando-a a todos, inclusive para a sociedade. Nesse momento o fornecedor convocado poderá encaminhar arquivo anexo, por meio do link “Anexar”, disponível apenas para o fornecedor selecionado.
- 11.5.3. Confirmado o envio do anexo, o link “Anexar” do fornecedor passa a ter a função de “Consultar”. Na tela do(a) Pregoeiro(a), após a convocação, o Sistema informa na coluna “Anexo” o link “Convocado”, o qual, após o envio do anexo pelo fornecedor, passa a disponibilizar o link “Consultar”.
- 11.5.4. Diante da indisponibilidade momentânea do campo próprio do sistema eletrônico, o licitante, excepcionalmente, poderá remeter pelo e-mail [selic.protocolo@gmail.com](mailto:selic.protocolo@gmail.com), dentro do prazo estabelecido.
- 11.6. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão.
- 11.7. Se o prazo de validade das certidões não estiver expresso, será considerado o prazo de 90 (noventa) dias consecutivos, excluindo-se nesta contagem o dia da emissão/expedição (o primeiro dia na contagem do prazo é o seguinte à sua emissão).
- 11.8. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das MEs e das EPPs será exigida nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, ou de outro que vier a substituí-lo.
- 11.9. Na hipótese de haver alguma restrição relativa à regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado **prazo de cinco dias úteis, prorrogável por igual período**, para a regularização da documentação, sob pena de inabilitação.
- 11.10. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras na licitação, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados com tradução livre.
- 11.10.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser estrangeiro, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou de aceitação ou retirada de instrumento equivalente, os documentos de que trata o item acima serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que vier a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 11.11. **O(A) Pregoeiro(a) poderá solicitar parecer do setor técnico do órgão demandante para orientar sua decisão.**
- 11.12. A documentação de habilitação poderá ser apresentada em versão original ou por cópia simples, por meio do sistema eletrônico.
- 11.13. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 11.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital de licitação.
- 11.15. Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no edital, o(a) Pregoeiro(a) declarará o(s) licitantes(s) habilitado(s) e vencedor(es) do(s) respectivo(s) item(ns) ou lote(s) do certame.
- 11.16. A indicação do vencedor, e demais informações relativas à sessão pública do Pregão constarão de ata divulgada no Sistema eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade prevista na legislação pertinente.

## **12. DO SANEAMENTO DA PROPOSTA E DA HABILITAÇÃO**

- 12.1. Durante as fases de julgamento e de habilitação, o(a) Pregoeiro(a), mediante decisão fundamentada, poderá realizar diligências para sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e a validade jurídica dos documentos de habilitação.
- 12.1.1. A diligência deverá ser registrada em ata acessível aos licitantes.
- 12.2. Será vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:
- I - complementação de informações ou esclarecimentos adicionais acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes;
  - II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado; e
  - III - comprovação de situação fática preexistente à época da abertura do certame.
- 12.3. Para os fins do disposto no inciso III do item acima, será admitida a juntada de certidão ou atestado não anexados à documentação originalmente apresentada, desde que tenham data anterior à abertura do certame ou se refiram inequivocamente à condição adquirida pelo licitante antes da abertura do certame.
- 12.4. Na falta de documentos de habilitação que consistam em mera declaração do licitante sobre fato preexistente ou em simples compromisso por ele firmado, poderá ser concedido prazo para saneamento da falha.
- 12.5. A realização de diligências não conferirá ao licitante novo prazo ou oportunidade de obter condição ou requisito que antes não detinha, nem autorizará o(a) Pregoeiro(a) a fazer exigências novas não previstas no edital.
- 12.6. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares à proposta e à habilitação, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, no prazo mínimo de **02 (duas) horas**, a contar da solicitação do(a) Pregoeiro(a).
- 12.6.1. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado por igual período, antes do término do prazo originalmente previsto, mediante solicitação do licitante através do chat no sistema eletrônico ou através do e-mail: [selic.protocolo@gmail.com](mailto:selic.protocolo@gmail.com), a critério do(a) Pregoeiro(a).
- 12.7. Sendo necessária a suspensão da sessão pública para a realização de diligências, o reinício se dará mediante aviso prévio no sistema eletrônico, com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.
- 12.8. Quando todos os licitantes forem desclassificados ou inabilitados, a Administração Pública poderá fixar o prazo de até 08 (oito) dias úteis para a apresentação de novas propostas escoimadas das causas de desclassificação ou inabilitação.

## **13. DOS RECURSOS**

- 13.1. Do julgamento das propostas e da decisão de habilitação ou inabilitação, qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, explicitando sucintamente suas razões, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, **em campo próprio do sistema eletrônico, no prazo não inferior a 20 (vinte) minutos**, manifestar sua intenção de recorrer, **sob pena de preclusão**.
- 13.1.1. O prazo para manifestação concedida no subitem anterior será de no mínimo 10 (dez) minutos por fase (proposta e habilitação).
- 13.2. A apresentação das razões recursais deverá ser feita no prazo de **03 (três) dias úteis contados do dia útil subsequente, inclusive, à data de manifestação da intenção de recorrer**, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do dia útil subsequente, inclusive, ao término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata das razões.
- 13.3. A apreciação se dará em fase única; e
- 13.4. Os efeitos do ato ou da decisão recorrida ficarão suspensos até a decisão final da autoridade competente.
- 13.5. Quando houver a inversão de fases de que trata o art. 141 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023, a fase recursal ocorrerá em duas etapas, observando-se as seguintes disposições específicas, sem prejuízo das regras gerais previstas no caput:

13.5.1.	intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente após a fase de habilitação e após a fase de julgamento, conforme o caso; e
13.5.2.	a apreciação dar-se-á em duas fases, após a fase de habilitação e após a fase de julgamento, a partir da declaração do licitante vencedor, conforme o caso.
13.6.	O recurso será dirigido ao(a) Pregoeiro(a), que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, encaminhará o recurso, com a sua motivação, à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento do processo.
13.7.	A decisão do recurso deverá ser divulgada no sistema eletrônico.
13.8.	O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.
13.9.	Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
14.	<b>DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO</b>
14.1.	Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior do órgão ou entidade demandante, que poderá:
14.1.1.	determinar o retorno do processo para saneamento de eventuais irregularidades;
14.1.2.	revogar a licitação por motivo superveniente de conveniência e oportunidade;
14.1.3.	anular a licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que verificada ilegalidade insanável; e
14.1.4.	adjudicar o objeto, no caso de recurso sem o juízo de retratação, e homologar a licitação.
15.	<b>DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO E DO CADASTRO DE RESERVA</b>
15.1.	Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para a formalização da ata de registro de preços:
15.1.1.	Serão registrados na ata de registro de preços os preços e os quantitativos do adjudicatário, observando-se o disposto no inciso V do caput do art. 319 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023.
15.1.2.	Será incluído na ata de registro de preços, na forma de anexo, o registro: a) dos licitantes ou dos fornecedores que aceitarem cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observando-se a classificação na licitação; e b) dos licitantes ou fornecedores que mantiverem sua proposta original.
15.1.3.	Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata de registro de preços.
15.2.	O registro de que trata o item 15.1.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva, para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata de registro de preços.
15.3.	Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores de que trata a alínea “a” do item 15.1.2, antecederão aqueles de que trata a alínea “b” do referido item.
15.4.	A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva de que tratam o item 15.1.2 e o item 15.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
15.4.1.	Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
15.4.2.	Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 331 e art. 332 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023.
15.5.	O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
15.6.	Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:
15.6.1.	convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
15.6.2.	adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.
16.	<b>DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES</b>
16.1.	Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, inclusive empresas estatais que não figurem no rol de órgãos e entidades participantes, mediante anuência expressa do órgão ou entidade gerenciadora e da detentora, atendidos os limites do art. 336 e as demais condições previstas no Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023.
17.	<b>DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO</b>
17.1.	A formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital. Considerando que trata-se de objeto com especificidades de logística, será permitida a participação de consórcios, limitados a 2 (duas) empresas, de modo a evitar maior pulverização das responsabilidades.
17.2.	Conforme Art. 233 do Decreto 11.363/2023, em caso de consórcio, serão observadas as condições:
17.2.1.	I - comprovação do compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;
17.2.2.	II - indicação da pessoa jurídica responsável pelo consórcio, que deverá atender às condições de liderança fixadas no edital;
17.2.3.	III - apresentação dos documentos exigidos no edital quanto a cada consorciado, admitindo-se, para efeito de qualificação técnica, o somatório dos quantitativos atestados por cada consorciado;
17.2.4.	IV - comprovação de qualificação econômico-financeira, mediante: a) apresentação do somatório dos valores de cada consorciado, devendo a Administração Pública estabelecer, para o consórcio, um acréscimo de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual quando houver a exigência de capital social ou patrimônio líquido mínimo, salvo justificativa; a.1) <u>Justificativa</u> : Considerando que o presente certame não se enquadra como uma licitação de grande vulto, a fim de ampliar a competitividade do certame, não será aplicado o acréscimo de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento), devendo ser apresentado por todos os licitantes, o percentual de 2% (dois por cento) estabelecido para o patrimônio líquido. b) demonstração, por todos os consorciados, do atendimento aos índices contábeis definidos no edital.
17.2.5.	V - impedimento de participação de consorciado, na mesma licitação, em mais de um consórcio ou isoladamente.
17.2.6.	§ 1º O edital deverá exigir que conste cláusula de responsabilidade solidária:
17.2.7.	I - no compromisso de constituição de consórcio a ser firmado pelos licitantes; e
17.2.8.	II - no contrato a ser celebrado com o consórcio vencedor.
17.2.9.	§ 2º No consórcio de empresas brasileiras e estrangeiras, a liderança caberá, obrigatoriamente, à empresa brasileira, observando-se o disposto no inciso II do caput.
17.2.10.	§ 3º O licitante vencedor ficará obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no inciso I do caput, devendo comprovar o arquivamento na respectiva Junta Comercial e a inscrição no CNPJ.



17.2.11.	§ 4º A possibilidade de substituição de consorciado durante a execução contratual deverá estar prevista no edital e ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante.
17.2.11.1.	No caso em concreto, a Administração permitirá mediante as recomendações: <div><div>c) que a modificação do consórcio não prejudique o objeto do contrato, ou seja, que não existam risco de inadimplemento contratual decorrente da substituição de empresas no consórcio, tampouco constituirá burla ao procedimento licitatório;</div><div>d) a comprovação de que a nova composição do consórcio teria, à época da licitação, condições de se sagrar vencedora do certame;</div><div>e) que a empresa em substituição tenha o acervo técnico compatível com a licitação;</div><div>f) que seja feito o termo de apostilamento para a substituição da empresa;</div><div>g) que seja feita a alteração do contrato social do consórcio na junta comercial do Estado do Acre, no prazo de <b>5 dias</b> da ciência da decisão;</div></div>
17.2.11.2.	§ 6º O acréscimo previsto na alínea “a” do inciso IV do caput não será aplicável aos consórcios compostos, em sua totalidade, por MEs e EPPs.
17.2.11.3.	§ 7º Qualquer dos consorciados poderá apresentar, isoladamente ou em conjunto, independentemente da proporção de sua participação no consórcio, a garantia de proposta prevista no art. 58 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, quando exigida.
18.	<b>DA PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS</b>
18.1.	Não se aplica.
19.	<b>DA SUBCONTRATAÇÃO</b>
19.1.	<b>Não</b> será permitido a subcontratação, conforme está disposto no Termo de Referência - Anexo I do Edital.
20.	<b>DOS PRAZOS E CONDIÇÕES PARA A ENTREGA DO OBJETO</b>
20.1.	Será conforme disposto no Anexo I deste Edital.
21.	<b>DAS FORMAS, CONDIÇÕES, PRAZOS DE PAGAMENTO, E CRITÉRIO DE REAJUSTAMENTO DO PREÇO</b>
21.1.	Será conforme disposto no Anexo I deste Edital.
22.	<b>DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL</b>
22.1.	<b>Não</b> haverá garantia de execução contratual, conforme disposto no Anexo I deste Edital.
23.	<b>DO TERMO DE CONTRATO</b>
23.1.	Será conforme disposto no Anexo I deste Edital.
24.	<b>DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO</b>
24.1.	Será conforme disposto no Anexo I e/ou Anexo III deste Edital.
25.	<b>DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b>
25.1.	Será conforme os termos constantes do Anexo I deste Edital.
26.	<b>DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS</b>
26.1.	As licitantes estarão sujeitas às sanções administrativas previstas nos <a href="#">arts. 155 à 163 da Lei n.º 14.133/2021</a> , e às demais cominações legais, resguardado o direito ao contraditório e à ampla defesa.
26.2.	Na hipótese de abertura de processo administrativo destinado à apuração de fatos e, se for o caso, aplicação de sanções à licitante, em decorrência de conduta vedada neste Pregão, as comunicações à licitante serão efetuadas através do endereço eletrônico (e-mail) indicado em sua proposta.
26.3.	Sem prejuízo das sanções previstas neste edital e seus anexos, os atos lesivos à Administração Pública previstos no inciso IV, do art. 5º, da Lei nº 12.846/2013, sujeitarão os infratores às penalidades previstas na referida lei.
27.	<b>DAS DISPOSIÇÕES GERAIS</b>
27.1.	As normas que disciplinam este procedimento serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
27.2.	Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei nº 14.133/21, com suas posteriores alterações e legislação correlata.
27.3.	A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo o órgão demandante , inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o <a href="#">art. 71 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021</a> .
27.4.	A autoridade superior do órgão ou entidade demandante poderá revogar o processo licitatório por motivo de conveniência e oportunidade, e deverá anular o processo licitatório por ilegalidade insanável, por meio de ato escrito e fundamentado, conforme estabelece no <a href="#">Art. 250 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023</a> .
27.5.	Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da revogação ou da anulação do processo licitatório, conforme dispõe o <a href="#">Art. 250 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023</a> .
27.6.	A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação do objeto pelo órgão demandante.
27.7.	Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do(a) Pregoeiro(a) em contrário.
27.8.	Todas as referências de tempo estabelecidas no edital, nos avisos e durante a sessão pública observarão, para todos os efeitos, o horário de Brasília - Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema de compras adotado pelo Poder Executivo do Estado do Acre e na documentação relativa ao certame.
27.9.	Eventuais modificações no edital de licitação implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não comprometer a formulação das propostas, resguardado o tratamento isonômico aos licitantes.
27.10.	Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório
27.11.	Será facultado ao(a) Pregoeiro(a), em qualquer fase da licitação, desde que não seja alterada a substância da proposta, adotar medidas de saneamento destinadas a esclarecer informações, corrigir impropriedades na documentação de habilitação, da proposta, ou complementar a instrução do processo.
27.12.	As Licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações, declarações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
27.13.	O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da Licitante, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualificação, conforme dispõe o <a href="#">art. 12 da Lei Federal nº 14.133/2021</a> .

- 27.14. Os prazos previstos nesta Lei serão contados com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento e observarão as disposições previstas no [art. 183 da Lei Federal nº 14.133/2021](#).
- 27.15. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e nos sítios <http://www.gov.br/compras/pt-br/>, <http://www.licitacao.ac.gov.br>, e ainda no Portal de Licitações do Tribunal de Contas do Estado do Acre - LICON.
- 27.16. O resultado desta licitação poderá ser consultado nos sítios <http://www.gov.br/compras/pt-br/> e/ou <http://www.licitacao.ac.gov.br>.
- 27.17. Quaisquer informações complementares sobre o presente Edital e seus Anexos poderão ser obtidas pelo telefone (68) 3215-4600 ou através de e-mail [selic.protocolo@gmail.com](mailto:selic.protocolo@gmail.com).
- 27.18. O Foro para dirimir os possíveis litígios que decorrerem do presente procedimento licitatório será o do foro da comarca, de Rio Branco - AC.

Elaborado por:

**Antonia Jucilene Oliveira de Moraes**  
Divisão de Conformidade e Elaboração de Editais- DIVCON



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIA JUCILENE OLIVEIRA DE MORAIS, Chefe(a) de Divisão**, em 08/05/2026, às 10:18, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0020723184** e o código CRC **28DF7E96**.

ANEXO I DO EDITAL - TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 67/2026/SEAD - DICAQ

Processo nº 0006.016602.00185/2025-83

1. OBJETIVO

1.1. Trata-se da realização de Pregão Eletrônico para a formação de Registro de Preços visando a futura Contratação de empresa para prestação de serviços especializados na administração, gerenciamento e fornecimento de combustível na forma de cartão magnético ou similar (sistema web, chips, tag's eletrônicas - RFID) ou outra solução tecnológica equivalente para atender a demanda dos veículos oficiais da frota da Secretaria de Estado de Administração - SEAD, bem como dos demais órgãos partícipes que compõem o Poder Executivo do Estado do Acre (ITERACRE, AGEAC, SEPI, EMATER, IAPEN, PROCON, SEHURB, PMAC, SEPLAN, ANAC, SANEACRE, SEAGRI, CBMAC, PCAC, ISE, SEGOV, SECOM, FEM), conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

2. OBJETO

2.2. Contratação de empresa para prestação de serviços especializados na administração, gerenciamento e fornecimento de combustível na forma de cartão magnético ou similar (sistema web, chips, tag's eletrônicas - RFID) ou outra solução tecnológica equivalente para atender a demanda dos veículos oficiais da frota da Secretaria de Estado de Administração - SEAD, bem como dos demais órgãos partícipes que compõem o Poder Executivo do Estado do Acre (ITERACRE, AGEAC, SEPI, EMATER, IAPEN, PROCON, SEHURB, PMAC, SEPLAN, ANAC, SANEACRE, SEAGRI, CBMAC, PCAC, ISE, SEGOV, SECOM, FEM), nos termos da tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	PERCENTUAL DE DESCONTO MÍNIMO (%) TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	VALOR DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO ESTIMADO (R\$)	PERCENTUAL DE DESCONTO OFERTADO TAXA DE ADMINISTRAÇÃO (%)	VALOR OFERTADO DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO ANUAL (R\$)
1	Prestação de serviços especializados na administração, gerenciamento e fornecimento de combustível na forma de cartão magnético ou similar (sistema web, chips, tag's eletrônicas - RFID) ou outra solução tecnológica equivalente para atender a demanda dos veículos oficiais da frota da Secretaria de Estado de Administração - SEAD, bem como dos demais órgãos partícipes que compõem o Poder Executivo do Estado do Acre (ITERACRE, AGEAC, SEPI, EMATER, IAPEN, PROCON, SEHURB, PMAC, SEPLAN, ANAC, SANEACRE, SEAGRI, CBMAC, PCAC, ISE, SEGOV, SECOM, FEM).	4,15%	1.948.185,71		

3. QUANTITATIVO E DO VALOR ESTIMADO

ITENS	UNIDADE	QUANTIDADE TOTAL PARA REGISTRO	ANP - JAN/2026	VALOR TOTAL ESTIMADO (R\$)
Gasolina Comum	Litro	1.528.226	7,22	11.033.791,22
Diesel Comum	Litro	769.136	7,37	5.668.532,32
Diesel S10	Litro	4.103.380	7,37	30.241.910,60
Total Anual Estimado				46.944.234,14
Taxa de Administração - Estimativa Anual.....			Percentual Mínimo Estimado (4,15%)	1.948.185,71
Valor Total Geral Estimado com Taxa de Administração				48.892.419,85

4. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

4.3. O Estado do Acre conta com uma malha territorial extensa e uma população que depende diariamente da atuação da administração pública para a prestação de serviços essenciais. Nesse contexto, a manutenção do abastecimento contínuo dos veículos oficiais da Secretaria de Estado de Administração - SEAD e dos demais órgãos partícipes, é um fator determinante para garantir a funcionalidade das ações promovidas pelos diversos órgãos. A realidade operacional dos órgãos, impõe uma intensa rotina de deslocamentos diários para realização demandas, na capital e interior do Estado.

4.4. Diante desse cenário, torna-se imprescindível uma ampla rede de postos credenciados, possibilitando o abastecimento dos veículo da frota em todos os municípios do Estado do Acre e até mesmo fora dele, quando necessário.

4.5. Nesse cenário, torna-se imprescindível adotar uma solução que proporcione a Secretaria autonomia e controle sobre o consumo de combustível, além de ampliar a capilaridade do abastecimento. A contratação de uma empresa especializada, por meio de um sistema informatizado de gestão e fornecimento de combustíveis via cartões magnéticos ou solução tecnológica equivalente, possibilitará o abastecimento em uma rede credenciada de postos distribuídos em todo o território estadual e, quando necessário, até mesmo fora do estado. Esse modelo de gestão não apenas moderniza a logística de abastecimento, como também contribui significativamente para a transparência, a rastreabilidade das operações, a economia de recursos públicos e a mitigação de falhas ou irregularidades operacionais.

4.6. A necessidade de garantir um abastecimento eficiente e descentralizado é, portanto, uma condição indispensável para assegurar o funcionamento pleno da frota oficial e, por consequência, o bom desempenho das ações públicas nas mais diversas áreas. A ausência desse serviço comprometeria severamente a execução das atividades cotidianas da gestão, afetando diretamente a população, que depende do poder público para acesso a serviços básicos e essenciais.

4.7. Assim, a contratação do serviço de gerenciamento de combustível representa uma solução estruturante, moderna e alinhada aos princípios da eficiência, economicidade, continuidade do serviço público e interesse coletivo.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.8. Os requisitos básicos do serviço objeto da contratação envolvem:

5.8.1. Promover o gerenciamento informatizado do abastecimento dos veículos utilizados pela Secretaria de Estado de Administração - SEAD e órgãos partícipes, compreendendo a implantação administração, gerenciamento e fornecimento de combustível na forma de cartão magnético ou similar (sistema web, chips, tag's eletrônicas - RFID) ou outra solução tecnológica equivalente para atender a demanda dos veículos utilizados, dos gestores, do controle e da logística, possibilitando o abastecimento e a fiscalização financeira e operacional, em caráter contínuo, ficando a cargo da contratada a comprovação em planilha dos valores a serem retidos com os recolhimentos de IRRF, ISS, DAE, DAM e outros tributos decorrentes da natureza da despesa dos postos credenciados em nome da Secretaria de Estado de Administração - SEAD e órgãos demandantes, bem como o encaminhamento das Notas Fiscais emitidas pelos postos credenciados, contemplando:

- a) Rede de Postos para o fornecimento de combustíveis, credenciando estabelecimentos idôneos para o fornecimento dos combustíveis, destinados aos diversos tipos de marcas e modelos de veículos utilizados e os que porventura venham a ser adquiridos durante a vigência do Contrato;
- b) A Rede Credenciada de Postos deverá fornecer, no mínimo, os seguintes combustíveis: Gasolina comum, Óleo Diesel Comum e Óleo Diesel S-10;
- c) Informatização dos controles através de sistema integrado de gestão de frota, possibilitando o lançamento de dados, emissão de relatórios financeiros, operacionais e gerenciais, que permitam controle total dos gastos;
- d) Informatização de comprovantes de recolhimentos de IRRF, ISS, DAE, DAM e outros tributos decorrentes da natureza da despesa dos postos credenciados em nome do gerenciador e órgãos partícipes, conforme pontuado no Decreto Estadual nº 11.107, de 19 de agosto de 2022 e outros que porventura regulam os recolhimentos do Estado.

5.8.2. Disponibilizar relatórios gerenciais e operacionais informatizados, contendo: identificação, tipo de combustível, quantidade de litros, local, hora, data de cada abastecimento e número de quilômetros por litro de combustível, dos veículos.

5.8.3. Disponibilizar Sistema de Gerenciamento e Administração, voltado ao abastecimento e controle do consumo de combustíveis, contendo os seguintes dados:

- e) Identificação dos veículos utilizados:
  - Marca/modelo;
  - Ano de fabricação;
  - Chassi;
  - Placa/Patrimônio;
  - Tipo de combustível;
  - Capacidade do tanque; e
  - Autonomia de rodagem Km/litro.
- f) Controle do abastecimento dos veículos:
  - Data;
  - Hora;
  - Tipo de combustível;
  - Quantidade de litros;
  - Valor unitário da bomba;
  - Valor total;
  - Local do abastecimento;
  - Hodômetro; e
  - Nome do condutor do veículo e espaço para sua assinatura.

5.8.4. Emitir relatórios cadastrais e gerenciais, tais como:

- g) Cadastro de veículos:
  - Marca;
  - Modelo;
  - Ano de fabricação;
  - Chassi;
  - Cor;
  - Patrimônio;
  - Placa; e
  - Unidade de lotação.
- h) Cadastro de usuários:
  - Gestores.
- i) Relatório de consumo de combustíveis:
  - Por veículo utilizado;
  - Por combustível;
  - Por data;
  - Por período; e
  - Por Unidade de lotação.
- j) Outros relatórios de interesse do Órgão.

5.8.5. Permitir, durante a execução do Contrato, a inclusão/exclusão de veículos listados pela Secretaria de Estado de Administração - SEAD e órgãos partícipes.

5.8.6. A transmissão dos dados relativos ao abastecimento e ao condutor poderá ser efetuada por qualquer forma de tecnologia de transmissão de dados, tais como: rádio frequência, sistema de posicionamento global (GPS), cabeada, dentre outros.

5.8.7. A transmissão dos dados relativos ao abastecimento e ao condutor poderá ser efetuada por qualquer forma de tecnologia de transmissão de dados, tais como: rádio frequência, sistema de posicionamento global (GPS), cabeada, dentre outros.

5.8.8. Os postos de abastecimento, bem como seus equipamentos, deverão ser certificados no âmbito do Sistema Brasileiro de Certificação, quando obrigatório; deverão estar em conformidade com as normas técnicas expedidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT (com destaque para NBR 13312, NBR 14639, NBR 15461 e NBR 17505).

5.8.9. Os postos credenciados deverão funcionar continuamente, durante todos os dias da semana, inclusive feriados.

5.8.10. A Secretaria de Estado de Administração - SEAD e órgãos partícipes deverão ter acesso aos dados dos abastecimentos realizados a partir dos Contratos firmados.

5.8.11. Oferecer treinamento para Gestores e Usuários da contratante, visando o gerenciamento de todo o sistema nos softwares utilizados pela contratada.

5.8.12. Deverá ser disponibilizado à Secretaria de Estado de Administração - SEAD e órgãos partícipes, acesso a software ou programa, via internet, com funcionamento on-line (tempo real), para a alimentação e alteração de parâmetros, bloqueio/desbloqueio de abastecimentos, bem como o gerenciamento das demais ocorrências, e também para a obtenção de informações relativas aos abastecimentos por meio de consultas e relatórios.

5.8.13. A Secretaria de Estado de Administração - SEAD e órgãos partícipes, poderão utilizar toda a rede de postos de abastecimento disponibilizados pela contratada, para abastecer suas unidades consumidoras.

## 5.9. DO SOFTWARE

5.9.14. O Software será disponibilizado à contratante, para utilização durante o prazo da vigência contratual, devendo apresentar listagem contendo sua identificação e numeração.

5.9.15. O Software de gerenciamento integrado deverá emitir relatórios gerenciais de controle da situação (histórico de quilometragem, etc.) e das despesas de abastecimento de combustível de cada um dos veículos utilizados pelo contratante, com as funcionalidades mínimas descritas:

k) Consolidação dos dados, permitindo a concentração destes e a emissão de relatórios nas bases de gerenciamento, localizadas onde a contratante indicar;

l) Informatização dos dados de consumo; e

m) Promoção de instalação de Bases de Gerenciamento, em locais determinados pela contratante, onde a contratada instalará os softwares de gerenciamento da frota do sistema, permitindo o acesso on-line a todos os dados relativos aos veículos, máquinas e embarcações e emissão, a qualquer momento, de relatórios gerenciais.

5.9.16. Todo e qualquer ônus referente a direitos de propriedade industrial, marcas e patentes, segredos comerciais e outros direitos de terceiros, bem como a responsabilidade por sua violação, suas consequências e efeitos jurídicos, são de responsabilidade da contratada, se esta tiver dado causa por sua culpa ou dolo, que deverá por eles responder, e defender a contratante em juízo, ou fora dele, contra reclamações relacionadas com o assunto.

5.9.17. A utilização das ferramentas tipo softwares será precedida de treinamento específico e obedecerá aos manuais e procedimentos que os acompanharem, sendo de responsabilidade da contratada, a manutenção e/ou substituição dos equipamentos que se mostrarem insatisfatórios à plena execução dos serviços.

5.9.18. Deverá haver pelo menos 02 (dois) perfis de acesso ao software disponibilizado:

I - Gestor Master de Contrato: terá acesso irrestrito às informações dos abastecimentos das unidades consumidoras. Podendo incluir ou alterar parâmetros para as unidades consumidoras e terá acesso às informações dos abastecimentos de todas as unidades consumidoras (UCs). Deverá estabelecer o nível de acesso permitido (consulta/administração) ao software para cada unidade e usuário, podendo um ou mais usuários terem acesso completo ou parcial a toda a sua frota, de acordo com suas respectivas responsabilidades e terá acesso às informações dos abastecimentos de todas as unidades consumidoras. Deverá determinar os parâmetros para o conjunto das suas unidades consumidoras.

II - Gestor de Frota de Administrativo: Podendo ter um ou mais gestores com acesso às informações dos abastecimentos das unidades consumidoras vinculadas a ela, possuindo apenas acesso à visualização para consulta de dados.

5.9.19. O software deverá permitir aos gestores de frota parametrizar a liberação e/ou o bloqueio do abastecimento, no mínimo, por:

n) Número de transações (por dia, semana, mês);

o) Horário e dia do abastecimento;

p) Média KM percorrido por litro (Km/l);

q) Tipo de combustível;

r) Veículo e/ou unidade do órgão e entidade;

s) Capacidade do tanque do veículo;

t) Limite de crédito mensal por UC (diário ou mensal, quando o caso).

5.9.20. O software também deverá permitir que o Gestor Master estabeleça uma quota, em valor ou volume, para a frota do órgão/entidade, ou frota de uma unidade do órgão/entidade, ou para os veículos, individualmente. Estas quotas poderão ser alteradas e redistribuídas e terão como limite ou teto o saldo total de combustível estabelecido pelo do órgão/entidade para as suas unidades consumidoras. A alimentação das quotas mensais poderá ser feita manual ou automaticamente, quando for o caso.

5.9.21. Todo abastecimento realizado fora dos critérios ou parâmetros definidos deverá ser identificado e apresentado de forma diferenciada no software.

5.9.22. Deverá ser possível aos Gestores Master e de Frota emitirem relatórios gerenciais, operacionais e financeiros para controle e gestão das informações sobre as unidades consumidoras e suas respectivas despesas com os abastecimentos. Estes relatórios poderão ser detalhados ou consolidados por período (dia, semana, mês, etc.); unidade, órgão e Estado (formado pelo conjunto de todos os órgãos e entidades participantes do Registro de Preços) e local de abastecimento (posto e município), durante todo o período de vigência do contrato. Tais relatórios deverão contemplar também o desempenho dos veículos, tais como consumo e quilometragem percorrida; preços históricos unitários em R\$/L por tipo de combustível, além dos possíveis desvios em relação aos parâmetros adotados.

5.9.23. Os relatórios relativos aos abastecimentos de combustível, gestão e controle das unidades consumidoras dos órgãos participantes poderão ser exibidos em tela, impressos e salvos em alguma extensão de arquivo, tais como, XLS, PDF, TXT, DOC, etc.

5.9.24. A contratada deverá permitir e viabilizar a integração do seu software com os sistemas legados do Estado do Acre.

## 5.10. DOS CARTÕES MAGNÉTICOS OU ELETRÔNICOS

5.10.25. Disponibilizar, no mínimo, 01 (um) cartão magnético ou eletrônico para cada veículo utilizado, que deverá ser individual e intransferível; e 01 (um) cartão magnético ou eletrônico livre, que servirá, eventualmente, para abastecer a frota de outros órgãos que estiverem prestando serviço para a Administração.

5.10.26. O cadastramento de cada cartão deve ser vinculado o número de patrimônio do veículo.

5.10.27. Adotar sistema de segurança que vincule o cartão à frota, de forma que impeça o abastecimento de outros veículos, máquinas e embarcações utilizados que não sejam autorizados pela contratante, permitindo o controle sobre todos os abastecimentos, veículos e condutores.

5.10.28. Disponibilizar senhas individuais para os servidores que serão indicados pela contratante.

5.10.29. O uso indevido do cartão magnético ou eletrônico da frota, não autorizado, cancelado ou bloqueado pela base operacional, se constatado, será considerado falha do sistema e as despesas efetivadas serão suportadas pela contratada.

5.10.30. Os cartões magnéticos ou eletrônicos deverão ser individuais para identificação dos veículos utilizados e realização dos abastecimentos na rede credenciada, sem ônus à contratante no primeiro fornecimento.

5.10.31. Os cartões magnéticos ou eletrônicos poderão ser substituídos pela contratada, individualmente, sem ônus adicional à contratante, quando ocorrer um dos seguintes eventos:

u) Extravio do cartão, pela primeira vez, por parte do usuário;

v) Danificação do cartão, pela primeira vez, por parte do usuário;

w) Quando ocorrer o desgaste natural ou se verificar a necessidade técnica de substituição do cartão.



5.10.32. A contratada deverá apresentar o preço unitário de emissão do cartão magnético ou eletrônico, a fim de eventuais necessidades de aquisições por parte da contratante, nas condições em que a sua disponibilização não for gratuita.

5.11. DA MÁQUINA DE CARTÃO EM POSTOS DE ABASTECIMENTO

5.11.33. Será de obrigatoriedade da contratada o cadastramento e contratação de postos de combustíveis que apresentem uma maquineta de abastecimento para a frota operacional.

5.11.34. Todas as taxas decorrentes do uso da máquina destinada à contabilidade dos abastecimentos deverão ocorrer pelo posto cadastrado.

5.12. DO CONTROLE E SEGURANÇA DO SISTEMA

5.12.35. Deverão ser atendidas as seguintes garantias e exigências mínimas de segurança do sistema:

- x) Sistema de segurança que impeça o abastecimento de outros veículos utilizados que não sejam autorizados pela contratante, permitindo o controle sobre todos os abastecimentos;
- y) Uso do cartão para qualquer operação somente será possível após a digitação de uma senha válida do usuário;
- z) Bloqueio do cartão de veículos/usuário, realizado pela contratante, que deverá ser feito on-line a partir da solicitação do órgão;
- aa) Deverá ser possível a troca/validação da senha do usuário, sempre que houver necessidade;
- ab) Cancelamento do cartão, que somente poderá ser feito por servidor designado pelo Fiscal do Contrato ou credenciado pela contratante para esse fim;
- ac) As placas/patrimônio dos veículos cadastrados, serão vinculadas aos cartões magnéticos/eletrônico;
- ad) O abastecimento de combustíveis, junto aos postos de abastecimento e demais estabelecimentos da rede, só poderá ser efetivado por meio do uso do cartão magnético ou eletrônico.

5.12.36. A empresa contratada não será responsável por nenhum reembolso de valor decorrente do uso de cartão perdido, furtado ou roubado que não for bloqueado tempestivamente pela contratante.

5.13. DA GARANTIA DO SERVIÇO

5.13.37. A contratada deverá garantir a qualidade do combustível e arcar com qualquer prejuízo à contratante decorrente de sua utilização;

5.13.38. Ficará sobre a inteira responsabilidade da contratada a garantia da qualidade mínima do combustível fornecido, sob pena das sanções cabíveis.

5.13.39. A contratante se reserva no direito de colher amostras do combustível para análise de qualidade, compatibilidade, autenticidade e outros que se fizerem necessários.

5.14. DOS VEÍCULOS

5.14.40. Os veículos, utilizados pela Secretaria de Estado de Administração, serão informados à contratada até a data da ordem de serviço emitido pela contratante, com suas respectivas especificações técnicas, agrupado por tipo de combustível e placa.

5.14.41. Os veículos utilizados poderão ser alterados por meio de novas aquisições e/ou desfazimento.

5.15. DAS CIDADES COM POSTOS DE ABASTECIMENTO

5.15.42. A contratada deverá credenciar até a data da assinatura da Ata de Registro de Preços os postos para realizarem os abastecimentos necessários da contratante nas cidades indicadas abaixo, com as respectivas quantidades mínimas de postos de abastecimento;

5.15.43. Os postos credenciados deverão estar sediados dentro do perímetro urbano dos municípios indicados abaixo;

5.15.44. A indicação dos municípios representam uma quantidade de mínima de atendimento às necessidades da Administração, não devendo ser caracterizado como delimitação exata do perímetro de possíveis abastecimentos a serem realizados, tendo em vista que, conforme a necessidade de deslocamento de cada unidade, os abastecimentos poderão ser realizados em qualquer posto que for credenciado pela contratada, independente da localidade, podendo ser interestadual ou intermunicipal.

Nº	MUNICÍPIOS DO ESTADO DO ACRE	QUANTIDADE MÍNIMA DE POSTOS CREDENCIADOS
1	Acrelândia	01
2	Assis Brasil	01
3	Brasiléia	01
4	Bujari	01
5	Capixaba	01
6	Cruzeiro do Sul	03
7	Epitaciolândia	01
8	Feijó	01
9	Jordão	01
10	Mâncio Lima	01
11	Manoel Urbano	01
12	Marechal Thaumaturgo	01
13	Plácido de Castro	01
14	Porto Acre	01
15	Porto Walter	01
16	Rio Branco	06
17	Rodrigues Alves	01
18	Santa Rosa do Purus	01
19	Sena Madureira	01
20	Senador Guiomard	01
21	Tarauacá	01
22	Xapuri	01
TOTAL		29

Nº	ESTADO VIZINHO	QUANTIDADE MÍNIMA DE POSTOS CREDENCIADOS
1	Rondônia (em todos os municípios)	No mínimo 01 posto credenciado em perímetro urbano de cada município

5.16. CADASTRO DE USUÁRIO EXTERNO DO SEI

5.16.45. O SEI disponibiliza cadastro para usuários externos, destinado a pessoas físicas que participem em processos administrativos junto ao Poder Executivo Estadual do Acre, independente de vinculação a determinada pessoa jurídica, em conformidade com os Normativos: Decreto nº 8.478, de 10/02/2018 e IN Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22/02/2018;

5.16.46. Conforme exigência estadual, os Usuários externos (Pessoa Física/Representante de Pessoa Jurídica) que participem de processos administrativos junto ao Governo do Estado do Acre, necessitam realizar cadastro e assinar Termo de Concordância de Usuários Externos para uso do SEI/AC.

5.16.47. A homologação e liberação do cadastro do(s) Usuário(s) Externo(s) no sistema SEI/AC, ocorrerão mediante cumprimento de requisitos de validação em conformidade com os documentos relacionados no Sistema Eletrônico de Informações SEI ([Sistema SEI/AC](#)), quais sejam:

- ae) Cópia preenchida e assinada ([Termo de Usuário Externo](#));
- af) Cópia digitalizada legível de documento de identificação com foto, que conste o CPF, RG (data expedição);
- ag) Cópia digitalizada legível de Procuração, Termo de Posse, ATA ou outro documento caso o Usuário Externo esteja representando alguma organização pública ou privada;
- ah) Cópia do CNPJ da entidade representada, quando for o caso;
- ai) Cópia do Comprovante de endereço atualizado, máximo de 60 (sessenta) dias da data de emissão, da Pessoa Física e/ou Pessoa Jurídica;
- aj) Autorretrato (Selfie) segurando o documento de Identificação (CNH, RG, PASSAPORTE, outros documentos Oficiais com foto.)
- ak) Os documentos deverão ser encaminhados por meio do mesmo e-mail cadastrado pelo Usuário Externo no sistema SEI/AC - <http://www.sei.ac.gov.br>

5.17. **DA ASSINATURA DE DOCUMENTOS**

- 5.18. As assinaturas de Atas de Registro de Preços e de Contratos deverão ocorrer por meio de sistema institucional SEI.
- 5.19. O cadastro de fornecedores deverá ser feito nos moldes do item 4.14 que trata do cadastro de usuário externo SEI.
- 5.20. Posterior ao cadastro ou caso o fornecedor já possua cadastro de usuário externo, solicita-se que seja informado ao órgão, o usuário do fornecedor via e-mail para que seja possível a futura disponibilização de documentos para assinaturas.

5.21. **DA PRESTAÇÃO DE GARANTIA**

- 5.22. Não será exigida prestação de garantia para fins de contratação.

5.23. **DA SUBCONTRATAÇÃO**

- 5.23.48. Não será admitida a subcontratação total ou parcial para o objeto a ser contratado.

**6. NATUREZA DA CONTRATAÇÃO**

- 6.24. Os serviços a serem prestados possuem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo Edital por meio de especificações usuais do mercado, enquadrando-se, portanto, como serviços de uso comum, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021.

**7. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

- 7.25. As empresas participantes deste certame licitatório deverão apresentar Atestado de capacidade técnica, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ter o licitante fornecido satisfatoriamente os materiais ou serviços pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação, podendo ser exigido, em diligência, da proposta melhor classificada, que apresente cópia autenticada do contrato ou da(s) respectiva(s) nota(s) fiscal(is), que deram origem ao Atestado.
- 7.26. O(s) atestados deverá(ão) conter o nome, o endereço e o telefone de contato do(s) atestador(es), ou qualquer outro meio que permita ao órgão promotor da licitação manter contato, caso seja necessário, com quem emitiu o referido documento.
- 7.27. Podendo ser exigido em diligência da proposta melhor classificada, que apresente cópia autenticada do contrato de fornecimento de materiais ou de prestação de serviço ou da(s) respectiva(s) nota(s) fiscal(is), que deram origem ao Atestado.
- 7.28. As empresas participantes deste certame licitatório deverão apresentar relação explícita dos profissionais e da Declaração formal de sua disponibilidade, dos recursos considerados essenciais ao cumprimento do objeto, em observância ao art. 67, §5º Lei 14.133/21.

**8. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

- 8.29. O licitante deverá comprovar através seu balanço do último exercício social, que possui patrimônio líquido mínimo de 2% (dois por cento) do valor estimado da contratação, na forma da lei, de acordo com o §4º do art. 69 da Lei nº 14.133/2021.

**9. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

- 9.30. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;
- 9.31. m caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila;
- 9.32. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica (e-mail) para esse fim;
- 9.33. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;
- 9.34. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros;
- 9.34.49. A implantação do sistema de gerenciamento do abastecimento dos veículos deverá ocorrer em no máximo até 3 (três) dias úteis após o recebimento da Ordem de Serviços emitido pela contratante, incluindo a instalação de todos os equipamentos e insumos necessários à operação do sistema, o credenciamento dos postos indicados pela contratada, bem como o credenciamento e treinamento dos gestores e condutores.
- 9.34.50. O fornecimento dos combustíveis será iniciado a partir da entrega dos cartões magnéticos para toda a frota de veículos utilizados pela contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis após a entrega pela contratante da Ordem de Serviços.
- 9.34.51. Excepcionalmente, a prestação de serviços poderá ser iniciada antes da entrega efetiva dos cartões, com a liberação virtual de abastecimento a partir de cadastro de motorista e veículos.
- 9.34.52. O prazo para atendimento e solução de problemas de assistência técnica pela contratada, não poderá ser superior a 2 (duas) horas, em dias úteis, considerando o horário comercial de 07h às 17h (horário do Acre), devendo apresentar justificativa e solicitação de prorrogação deste prazo por escrito, quando for o caso.
- 9.34.53. A inexecução total ou parcial do objeto, bem como o descumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, acarretará as penalidades e sanções previstas no contrato, incluindo, mas não se limitando a, multas, suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração por um período determinado, conforme a legislação vigente.

9.35. **DAS CONDIÇÕES GERAIS**

- 9.35.54. Promover o gerenciamento informatizado do abastecimento dos veículos utilizados pelos órgãos, compreendendo a implantação administração, gerenciamento e fornecimento de combustível na forma de cartão magnético ou similar (sistema web, chips, tag's eletrônicas - RFID) ou outra solução tecnológica equivalente para atender a demanda dos veículos utilizados, dos gestores, do controle e da logística, possibilitando o abastecimento e a fiscalização financeira e operacional, em caráter contínuo, ficando a cargo da contratada a comprovação em planilha dos valores a serem retidos com os recolhimentos de IRRF, ISS, DAE, DAM e outros tributos decorrentes da natureza da despesa dos postos credenciados em nome dos órgãos, bem como o encaminhamento das Notas Fiscais emitidas pelos postos credenciados, contemplando:

- al) Rede de Postos para o fornecimento de combustíveis, credenciando estabelecimentos idôneos para o fornecimento dos combustíveis, destinados aos diversos tipos de marcas e modelos de veículos utilizados pelos órgãos e os que porventura venham a ser adquiridos durante a vigência do Contrato;
- am) A Rede Credenciada de Postos deverá fornecer, no mínimo, os seguintes combustíveis: Gasolina comum, Óleo Diesel Comum e Óleo Diesel S-10;
- an) Informatização dos controles através de sistema integrado de gestão de frota, possibilitando o lançamento de dados, emissão de relatórios financeiros, operacionais e gerenciais, que permitam controle total dos gastos;
- ao) Informatização de comprovantes de recolhimentos de IRRF, ISS, DAE, DAM e outros tributos decorrentes da natureza da despesa dos postos credenciados em nome dos órgãos, conforme pontuado no Decreto Estadual nº 11.107, de 19 de agosto de 2022 e outros que porventura regulam os recolhimentos do Estado.

9.36. **DAS CONDIÇÕES PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

- 9.36.55. A empresa contratada deverá prestar os serviços em conformidade com as especificações contidas neste Termo de Referência e em sua Proposta, sem defeitos ou avarias, sendo aplicadas todas as normas e exigências do Código de Defesa do Consumidor (art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90) e demais legislação aplicáveis à espécie.

9.36.56.	O descumprimento do prazo estipulado acarretará à empresa contratada as sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021 e no Edital e seus anexos.
9.36.57.	No caso de empresa contratada prever atraso no início ou na conclusão dos serviços, poderá solicitar prorrogação de prazo, desde que presentes: justo motivo), prova documental da alegação e que o pedido seja encaminhado ao fiscal do contrato.
9.36.58.	Não sendo apresentado pedido de prorrogação, ou caso apresentado, não seja aceito, a aplicação das sanções prevista neste Termo de Referência e no contrato realizar-se-á em procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa à empresa contratada.
10.	<b>DO CONTRATO</b>
10.37.	<b>DO CONTRATO</b>
10.37.59.	Findo o processo licitatório, a qualquer momento durante a vigência da Ata de Registro de Preços, de acordo com as necessidades da Administração, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, a licitante vencedora e o órgão poderão celebrar o Termo de Contrato.
10.37.60.	O prazo acima descrito poderá ser prorrogado uma vez por igual período, mediante solicitação da licitante vencedora, devidamente justificado, desde que aceito pelo órgão.
10.37.61.	<b>DA VIGÊNCIA/PRORROGAÇÃO</b>
10.37.62.	O Termo de contrato terá como termo inicial de vigência a data de sua assinatura, e sua duração será de 12 (doze) meses, prorrogável nos termos dos Arts. 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.
10.37.63.	A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.
10.37.64.	O objeto é enquadrado como continuado tendo em vista que sua necessidade é permanente e contínua, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando a otimização e celeridade dos fluxos e procedimentos de contratações anuais, bem como evitando eventuais interrupções do fornecimento.
10.37.65.	No período de vigência do Contrato estão incluídos todos os prazos necessários à perfeita execução do objeto nos termos pactuados entre as partes, ressalvados os casos referentes às garantias do objeto, que extrapolam o referido prazo de vigência.
10.38.	<b>DA EFICÁCIA</b>
10.38.66.	A eficácia do contrato estará condicionada à publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado do Acre.
10.38.67.	A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer em até 20 (vinte) dias, contados da data de sua assinatura.
10.38.68.	20 (vinte) dias úteis, no caso de licitação;
10.38.69.	10 (dez) dias úteis, no caso de contratação direta.
11.	<b>DOS ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES</b>
11.39.	<b>DOS ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS</b>
11.39.70.	Será vedado efetuar acréscimos nos quantitativos ou no valor máximo da despesa estabelecida na ata de registro de preços, conforme o art. 326 do Decreto Estadual nº 11.363/2023.
11.40.	<b>DOS ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES DOS CONTRATOS</b>
11.40.71.	Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços deverão ser assinados no prazo de validade da ata e poderão ser alterados, desde que verificado o disposto no art. 125 da Lei nº 14.133/2021.
11.40.72.	O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do CONTRATO que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento), conforme art. 125 da Lei nº 14.133/2021.
12.	<b>FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO</b>
12.41.	<b>DA REFERÊNCIA AO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E NO PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL</b>
12.41.73.	A Fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, anexo ao processo administrativo.
12.41.74.	O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual - PCA/2025 (0012563793), conforme consta no item 3.3 Serviço Continuado.
12.42.	<b>LEGISLAÇÃO APLICADA AO OBJETO:</b>
12.42.75.	Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021- Regulamento Lei de Licitações e Contratos Administrativos e Decreto Estadual nº 11.363/2023.
13.	<b>REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO</b>
13.43.	<b>DA SUBCONTRATAÇÃO</b>
13.43.76.	Não será admitida a subcontratação total ou parcial para o objeto a ser contratado.
13.44.	<b>DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL</b>
13.44.77.	Não será exigida a prestação de garantia na contratação.
13.45.	<b>DA AMOSTRA</b>
13.45.78.	A critério da autoridade competente, não será exigida a apresentação de amostras.
13.46.	<b>VISTORIA</b>
13.46.79.	Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.
14.	<b>MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO</b>
14.47.	O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
14.48.	Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
14.49.	As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
14.50.	O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
14.51.	Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
14.52.	<b>Preposto ou Representante</b>
14.52.80.	A Contratada designará formalmente o preposto ou representante da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.
14.52.81.	A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.
14.53.	<b>FISCAL DO CONTRATO</b>
14.53.82.	São atribuições do fiscal de contratos, sem prejuízo das demais previstas no Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos Administrativos:

- 14.53.83. Conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos ou da Ata de Registro de Preços, do Instrumento Contratual, seus anexos e eventuais aditivos/apostilamentos;
- 14.53.84. Avaliar a quantidade e a qualidade dos serviços executados ou dos bens entregues;
- 14.53.85. Atestar, em documento hábil, o fornecimento ou a entrega de bens permanentes ou de consumo e a prestação do serviço, após conferência prévia do objeto contratado;
- 14.53.86. Controlar a efetividade e eficácia da sua execução em estrita observância ao estabelecido no contrato (especificações e normas técnicas, por exemplo), solicitando a correção de eventuais vícios, imperfeições, deficiências e/ou omissões;
- 14.53.87. Registrar todas as ocorrências havidas durante o período de execução do contrato, em livro próprio;
- 14.53.88. Observar os prazos contratuais para a regularização de eventuais falhas e, no caso da inexistência de sua previsão, estabelecer juntamente com o Gestor de Contrato, prazo razoável para medida saneadora.
- 14.53.89. Conhecer suas atribuições e responsabilidades para o exercício das atividades de fiscalização;
- 14.53.90. Assegurar-se do cumprimento integral das obrigações contratuais assumidas pela contratada;
- 14.53.91. Apresentar, periodicamente ou quando solicitado, relatório circunstanciado de acompanhamento da execução do serviço, da entrega do material ou do bem, que deverá ser instruído com registros fotográficos e demais documentos probatórios, quando for o caso;
- 14.53.92. Acompanhar rotineiramente a execução dos serviços contratados, assim como conferir se os materiais ou bens requisitados foram entregues em perfeitos estado e nas mesmas condições e características pactuadas;
- 14.53.93. Atuar em tempo hábil na solução dos problemas que – porventura - venham a ocorrer ao longo da execução contratual, desde que não ultrapassem suas competências;
- 14.53.94. Encaminhar as questões que ultrapassem suas atribuições ao Gestor do Contrato;
- 14.53.95. Providenciar, sempre por escrito, a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada.
- 14.53.96. Indicar, em nota técnica, a necessidade de eventuais descontos a serem realizados no valor mensal dos serviços, por meio de glosas que serão escritas no verso da nota ou documento equivalente;
- 14.53.97. Cientificar o gestor do contrato e também o Ordenador de Despesas do órgão/entidade contratante da possibilidade de não conclusão do objeto na data pactuada, com as devidas justificativas;
- 14.53.98. Realizar, juntamente com a contratada, as medições dos serviços nas datas estabelecidas, antes de atestar as respectivas notas fiscais;
- 14.53.99. Reportar-se sempre ao preposto da contratada, não devendo, em hipótese alguma, dar ordens diretamente aos seus empregados;
- 14.53.100. Emitir atestados ou certidões de avaliação dos serviços prestados;
- 14.53.101. Emitir atestado ou certidão de realização de serviços, total ou parcial;
- 14.53.102. Controlar a medição do serviço executado, aprovando somente a medição dos serviços efetivamente realizados;
- 14.53.103. Informar o Gestor do Contrato sobre irregularidade que deva ser sanada;
- 14.53.104. Glosar as medições quando houver má execução do contratado ou mesmo a sua não execução e, com isso, sugerir a aplicação de penalidades ao contratado em face do inadimplemento de suas obrigações; e
- 14.53.105. Representar, levando ao conhecimento das autoridades a execução de ato ilícito que tenha tido conhecimento em razão de seu ofício.
- 14.54. **GESTOR DO CONTRATO**
- 14.54.106. São atribuições do Gestor de Contratos, sem prejuízo das demais previstas no Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos Administrativos:
- 14.54.107. Conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos ou da Ata de Registro de Preços, do Instrumento Contratual e seus eventuais aditivos;
- 14.54.108. Gerenciar todo o Processo Administrativo de Despesa Pública – PADP referente à contratação;
- 14.54.109. Assegurar-se do cumprimento integral das obrigações contratuais assumidas, com qualidade e em respeito à legislação vigente;
- 14.54.110. Solicitar periodicamente ao fiscal do contrato relatório das ocorrências para que, sendo o caso, possa tomar as providências cabíveis a fim de corrigi-las;
- 14.54.111. Atuar em tempo hábil na solução dos problemas de sua alçada que venham a ocorrer ao longo da execução contratual;
- 14.54.112. Analisar notas/glosas escritas pelo fiscal, a fim de constatar a possível necessidade de descontos a serem realizados no valor mensal dos serviços/compras, informando-as ao setor financeiro;
- 14.54.113. Encaminhar formalmente as demandas ao preposto por meio de ordem de serviço/entrega ou fornecimento;
- 14.54.114. Repassar ao Fiscal de Contratos todas as informações e documentos relativos ao contrato, para que este último possa bem fiscalizá-lo;
- 14.54.115. Dar publicidade e manter semanalmente atualizados os dados de cada PADP sob sua gerência por meio da inserção de dados em meios informáticos;
- 14.54.116. Acompanhar a vigência do instrumento contratual, a fim de proceder às diligências administrativas de prorrogação, se possível e vantajoso for, ou ao encerramento da contratação, de modo a garantir o atendimento do interesse público.
- 14.54.117. Propor medidas que melhorem a execução do contrato.
- 14.54.118. Conhecer suas atribuições para o exercício das atividades de gestão;
- 14.54.119. Encaminhar ao respectivo responsável, as questões que ultrapassem o âmbito das suas atribuições para que possam ser solucionadas;
- 14.54.120. Providenciar, sempre por escrito, a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico, para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada.
- 14.54.121. Alimentar o Portal da Transparência e de Acesso à Informação do Governo, os sistemas informatizados para gestão dos Contratos Administrativos e outros subsistemas quanto a informações inerentes aos contratos que gerencia, responsabilizando-se por tais informações, inclusive, sempre quando solicitadas;
- 14.54.122. Negociar condições previamente estabelecidas com o contratante sempre que o mercado assim o exigir e quando da sua prorrogação, nos termos da Lei
- 14.54.123. Informar periodicamente ao Ordenador de Despesas do órgão/entidade sobre ocorrências relacionadas ao contrato. Por exemplo: execução de ajustes, requerimento de concessão de reajuste, prorrogações e etc., encaminhando, sempre que solicitado, o relatório de acompanhamento de obras ou serviços prestados comunicando as irregularidades encontradas
- 14.54.124. Juntamente com o fiscal, deve levar ao conhecimento do Ordenador de Despesas do órgão/entidade, sempre por escrito, instruções relativas a modificações de projetos aprovados, alterações de prazos, cronogramas e demais informações correlatas ao contrato, emitindo pareceres e relatórios técnicos como forma de subsidiar a Administração na tomada de decisões.
- 14.54.125. Obter a formalização da designação do preposto junto à contratada;
- 14.54.126. Elaborar o plano de inserção, instrumento pelo qual deverá ocorrer o repasse ao contratado dos conhecimentos necessários para a execução dos serviços, e disponibilizar infraestrutura adequada à contratada para execução do pactuado, quando for o caso;
- 14.54.127. Notificar a contratada, por ordem do Ordenador de Despesas do órgão/entidade contratante, sobre irregularidades encontradas; e
- 14.54.128. Controlar a regularidade do adimplemento das obrigações trabalhistas e previdenciárias da contratada com seus empregados.
- 14.54.129. Receber, analisar, instruir e dar impulso aos pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;
- 14.54.130. Efetuar a digitalização e armazenamento dos documentos fiscais e trabalhistas da contratada no Sistema Eletrônico de Informações - SEI, quando couber, bem como no PNCP;
- 14.54.131. Inserir os dados referentes ao contrato no PNCP (quando for o caso).

## 15. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

15.55. O pagamento dos serviços prestados será efetuado à empresa contratada no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento do documento fiscal, compreendido nesse período a fase de ateste deste – o qual conterá o endereço, o CNPJ, os números do Banco, da Agência e da Conta Corrente da Empresa contratada, o número da

Nota de Empenho e a descrição clara do objeto – em moeda corrente nacional, de acordo com as condições constantes na proposta da Empresa contratada e aceita pela Administração contratante.

15.56. A emissão da ordem bancária será efetivada após o documento fiscal ser conferido, aceito e atestado por servidor responsável, caracterizando o recebimento definitivo, e ter sido verificada a regularidade da Empresa contratada, mediante Certidão Negativa (ou Positiva com efeito de Negativa) de Débitos Trabalhistas (CNDT), para comprovação, dentre outras coisas, do devido recolhimento das contribuições sociais (FGTS e Previdência Social) e demais tributos estaduais, federais e municipais, conforme cada caso.

15.57. O documento fiscal deverá ser emitido em nome da:

15.57.132. Secretaria .....

15.57.133. CNPJ nº .....

15.58. Na ocorrência de rejeição do documento fiscal motivado por erro ou incorreções, o mesmo será devolvido à empresa contratada para retificação e reapresentação, acrescendo-se, no prazo fixado para pagamento, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

15.59. Nos casos de eventuais atrasos injustificados de pagamento, desde que a Empresa contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Administração contratante, desde a data limite fixada para pagamento até a data do efetivo pagamento, será a seguinte:

$EM = N \times VP \times I / 365$ ), onde:

EM = Encargos moratórios a serem pagos pelo atraso de pagamento;

N = Número de dias de atraso contados entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso; e

I = IPCA anual acumulado (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado do IBGE) / 100.

15.60. Os documentos de cobrança deverão ser entregues pela empresa contratada, no logradouro da contratada, no horário de expediente da Contratante, ou por e-mail a ser informado quando da assinatura do contrato.

15.61. Em nenhuma hipótese será efetuado pagamento de documento fiscal com o número do CNPJ/MF diferente do que foi apresentado na proposta de preços, mesmo que sejam empresas consideradas matriz e filial ou vice-versa, ou pertencentes ao mesmo grupo ou conglomerado.

15.62. Não será realizado qualquer tipo de pagamento através de boleto bancário ou por outro meio diferente do previsto no Contrato.

15.63. A Administração contratante, no momento do pagamento, providenciará as devidas retenções tributárias, nos termos da legislação vigente, exceto nos casos em que a empresa contratada comprovar, na forma prevista em lei, não lhe serem aplicáveis tais retenções.

15.64. Caso a empresa contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das ME e EPP – SIMPLES, desde que não haja vedação legal para tal opção do objeto executado, deverá apresentar, juntamente com o documento fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

**16. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

**16.65. DA MODALIDADE**

16.65.134. Pregão Eletrônico para Registro de Preços.

**16.66. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

16.66.135. O critério de julgamento será o maior percentual de desconto.

**16.67. DA PROPOSTA**

16.67.136. A proposta terá validade de 90 (noventa) dias.

**17. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

17.68. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ter sua vigência prorrogada, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, tendo reestabelecido o quantitativo inicial, a partir da prorrogação, sem que ocorra a acumulação de itens entre os períodos.

**18. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

18.69. Os preços dos produtos, objeto do presente contrato têm por base a proposta apresentada pela contratada;

18.70. O preço do presente contrato poderá ser ALTERADO, conforme o caso, para mais ou para menos, nas hipóteses, expressamente, previstas no art. 124 da Lei 14.133/2021, a qualquer tempo, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, visando restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do serviço contratado, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico inicial do contrato, tudo em conformidade com o art. 124, inc. II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021.

**18.71. DA REVISÃO**

18.71.137. A revisão dos preços quando solicitada pela contratada, deverá apresentar as justificativas dos fatos motivadores do desequilíbrio e encaminhar, no mínimo, os seguintes documentos:

18.71.137.1. Planilha de composição do novo preço, com os mesmos elementos formadores dos preços originalmente contratados, devendo demonstrar quais os itens da planilha de custos;

18.71.137.2. Cópia autenticada da(s) nota(s) fiscal(is) e outros elementos comprobatórios para a formação do novo preço.

18.71.138. Em nenhuma hipótese os preços decorrentes de revisão ultrapassarão os praticados no mercado;

18.71.139. Os preços revisados não poderão conter aumento da margem de lucro inicialmente pactuada;

18.72. O equilíbrio econômico-financeiro do contrato, se concedido, ocorrerá a partir da data da assinatura do respectivo termo aditivo ou apostilamento, com efeitos financeiros da data da solicitação da contratada;

18.73. Enquanto não ocorrer a revisão dos preços, a prestação dos serviços deverá ser feita de forma continuada, sob o preço contratado.

**18.74. DO REAJUSTE**

18.74.140. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

18.74.141. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

18.74.142. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

18.74.143. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

18.74.144. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

18.74.145. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

18.74.146. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

18.74.147. O reajuste será realizado por apostilamento.

**19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

19.75. A Contratada ficará sujeita às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas pertinentes.



19.76.	Pela inexecução total ou parcial do objeto deste certame, a Administração do Órgão, garantida a prévia defesa, aplicará as fornecedoras as sanções previstas no Termo de Referência.
19.77.	Será a empresa responsabilizada administrativamente por falhas ou erros na execução que vierem a acarretar prejuízos ao CONTRATANTE, sem exclusão da responsabilidade criminal e civil por danos morais ou físicos a terceiros, nos termos da Lei.
19.78.	Aos fornecedores que praticarem ilícitos administrativos na licitação, no procedimento de dispensa ou inexigibilidade licitatória e nos contratos, serão aplicadas as seguintes sanções, conforme artigo 156 da Lei 14.133/2021: <div><div>ap)Advertência;</div><div>aq)Multa;</div><div>ar) Impedimento de licitar ou contratar;</div><div>as) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.</div></div>
19.79.	A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida observado o princípio da proporcionalidade.
19.80.	Quando o fornecedor, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica duas ou mais infrações administrativas, idênticas ou não, as penas aplicadas serão cumuladas, respeitados os limites máximos previsto na legislação pertinente.
19.81.	A advertência consiste em comunicação formal ao fornecedor, em decorrência de atos menos graves e que ocasionem menores riscos para a Administração e, se for o caso, conferindo prazo para a adoção de medidas corretivas cabíveis;
19.82.	A multa é a sanção pecuniária que será imposta ao fornecedor e será aplicada nos seguintes limites máximos previsto com base na legislação pertinente.
19.83.	As penalidades de advertência, suspensão e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas conjuntamente com a de multa.
19.84.	A suspensão é a sanção que impede temporariamente o fornecedor de participar de licitações e de contratar com a Administração Pública dos Poderes da União, dos Estados e dos Municípios, por prazo não superior a dois anos, podendo chegar a cinco anos em se tratando da modalidade pregão.
19.85.	A suspensão temporária impedirá o fornecedor de licitar e contratar com a Administração Pública, e será aplicada, dentre outros, nos seguintes casos e períodos.
19.86.	A partir da terceira conduta sancionada na forma do inciso IV, ocorridas no período de até sessenta meses, qualquer que tenha sido a pena aplicada, poderá a terceira sanção ser majorada para até cinco anos, quando a última sanção decorra de conduta praticada na modalidade Pregão.
19.87.	Declaração de inidoneidade é a sanção que qualifica negativamente o fornecedor, impedindo-o de licitar e contratar com os órgãos e entidades da Administração Pública dos Poderes da União, dos Estados e dos Municípios, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo de dois anos da aplicação da sanção.
19.88.	A reabilitação do fornecedor perante a Administração se dará pelo cumprimento de obrigações de fazer, de pagar ou por ambas.
19.89.	No ato da declaração de inidoneidade, a Administração deverá indicar desde já, para fins de reabilitação do licitante ou contratado, as obrigações de fazer ou o valor do ressarcimento e os critérios de correção nas obrigações de paga.
20.	<b>DA EXTINÇÃO CONTRATUAL</b>
20.90.	O contrato poderá ser extinto, nas hipóteses previstas no artigo 137 da Lei 14.133/2021, a qual deverá ser formalmente motivada, assegurados o contraditório e ampla defesa, nas seguintes hipóteses: <div><div>I - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editais ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;</div><div>II - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;</div><div>III - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;</div><div>IV - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;</div><div>V - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;</div><div>VI - atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;</div><div>VII - atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;</div><div>VIII - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;</div><div>IX - não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.</div></div>
20.91.	Deverá a CONTRATADA manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de regularidade fiscal exigidas neste Termo de Referência, prevendo, como sanções para o inadimplemento a essa cláusula, a extinção do contrato e o ressarcimento dos valores e indenizações devidos à Administração, além das penalidades já previstas em lei.
21.	<b>OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE</b>
21.92.	São obrigações do Contratante:
21.92.148.	Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
21.92.149.	Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
21.92.150.	Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
21.92.151.	Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
21.92.152.	Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
21.92.153.	Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
21.92.154.	Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
21.92.155.	Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
21.92.156.	Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
21.92.156.3.	A Administração terá o prazo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
21.92.157.	Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis.
21.92.158.	Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
21.92.159.	Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso <a href="#">do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021</a> .
21.92.160.	A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
22.	<b>OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO</b>
22.93.	O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
22.93.161.	Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

- 22.93.162. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 22.93.163. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 22.93.164. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 22.93.165. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;[\[A2\]](#)
- 22.93.166. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 22.93.167. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 22.93.168. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:
- at) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
  - au) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
  - av) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual, quando for o caso;
  - aw) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou sede do contratado;
  - ax) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
  - ay) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 22.93.169. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
- 22.93.170. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 22.93.171. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 22.93.172. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 22.93.173. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- 22.93.174. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 22.93.175. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congêner.
- 22.93.176. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 22.93.177. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 22.93.178. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#));
- 22.93.179. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#));
- 22.93.180. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 22.93.181. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 22.93.182. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

## 23. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

23.94. Valor estimado da contratação é de .....

## 24. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

24.95. Em conformidade com o Art. 301 do regulamento vigente, fica dispensada a apresentação da dotação orçamentária durante a realização do Sistema de Registro de Preços (SRP). A dotação orçamentária será exigida apenas no momento da formalização do contrato ou outro instrumento hábil aplicável. Contudo, é obrigatória a indicação dos códigos do elemento de despesa e do serviço, desde a etapa inicial do procedimento de SRP. Para fins de registro, devem ser utilizados os seguintes códigos:

24.96. **Elemento de Despesa:** 3 3 90 39 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.

24.97. **Programa de Trabalho:** .....

24.98. **Fontes:** .....

24.99. Esta cláusula visa assegurar a correta alocação e acompanhamento orçamentário e financeiro dos registros de preços e das futuras contratações, conforme as normas estabelecidas.

24.100. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## 25. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

25.101. Desde que devidamente justificada a vantagem da contratação para a Administração Pública, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, nos termos e condições previstas no Decreto nº 11.363/2023, Seção XIV, Arts. 334, 335, 336, 337 e 338, bem como seus incisos, alíneas e alterações posteriores.

## 26. DO REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

26.102. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou entidades participantes e não participantes do registro de preços, conforme disposto no art. 333 do Decreto nº 11.363/2023.

## 27. DA EXCLUSIVIDADE/BENEFÍCIO ME/EPP

27.103. Em cumprimento ao Art. 48, I da Lei Complementar nº 123/2006, os itens estimados em valores iguais ou inferiores a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), do Termo de Referência, serão destinados à participação exclusiva das microempresas ou empresas de pequeno porte.

27.104. O não atendimento à condição acima caracterizará o descumprimento do disposto no art. 49, II da Lei Complementar nº 123/2006, tornando o item de ampla disputa.

## 28. DO ÓRGÃO OU ENTIDADE GERENCIADORA

28.105. Competirá ao órgão ou entidade gerenciadora, no caso, a Secretaria de Estado de Administração - SEAD, a prática de todos os atos de controle e administração da Sistema de Registro de Preço, nos moldes do art. 307 da Lei Federal nº 11.363/2023.

29. DO ÓRGÃO OU ENTIDADE PARTICIPE

29.106. O certame admitirá órgãos partícipes, que serão juntamos após manifestação formal, com indicação de seus quantitativos e/ou valores estimados.

LEVANTAMENTO DAS QUANTIDADES E A ESTIMATIVA DO VALOR								
ÓRGÃOS		ITENS						Valor Total Estimado por Órgão
		Gasolina Comum		Diesel Comum		Diesel S-10		
		Quant.	Valor Total	Quant.	Valor Total	Quant.	Valor Total	
ÓRGÃO GERENCIADOR	SEAD	3.360	24.259,20	3.600	26.532,00	21.600	159.192,00	209.983,20
ÓRGÃOS PARTICÍPIES	ITERACRE	11.196	80.835,12	600	4.422,00	58.020	427.607,40	512.864,52
	AGEAC	24.000	173.280,00	6.000	44.220,00	24.000	176.880,00	394.380,00
	SEPI	140.000	1.010.800,00	14.000	103.180,00	63.000	464.310,00	1.578.290,00
	EMATER	9.000	64.980,00	---		45.000	331.650,00	396.630,00
	IAPEN	94.875	684.997,50	40.000	294.800,00	362.500	2.671.625,00	3.651.422,50
	PROCON	5.000	36.100,00	3.000	22.110,00	12.000	88.440,00	146.650,00
	SEHURB	20.000	144.400,00	40.000	294.800,00	40.000	294.800,00	734.000,00
	PMAC	402.084	2.903.046,48	5.576	41.095,12	2.000.000	14.740.000,00	17.684.141,60
	SEPLAN	1.771	12.786,62	---		14.260	105.096,20	117.882,82
	ANAC	600	4.332,00	1.800	13.266,00	4.800	35.376,00	52.974,00
	SANEACRE	300.000	2.166.000,00	240.000	1.768.800,00	276.000	2.034.120,00	5.968.920,00
	SEAGRI	48.000	346.560,00	360.000	2.653.200,00	456.000	3.360.720,00	6.360.480,00
	CBMAC	120.000	866.400,00	12.000	88.440,00	300.000	2.211.000,00	3.165.840,00
	PCAC	220.000	1.588.400,00	20.000	147.400,00	200.000	1.474.000,00	3.209.800,00
	ISE	96.000	693.120,00	12.000	88.440,00	144.000	1.061.280,00	1.842.840,00
	SEGOV	5.400	38.988,00	3.000	22.110,00	5.400	39.798,00	100.896,00
	SECOM	10.140	73.210,80	1.560	11.497,20	46.800	344.916,00	429.624,00
	FEM	16.800	121.296,00	6.000	44.220,00	30.000	221.100,00	386.616,00
TOTAL GERAL .....		1.528.226	11.033.791,22	769.136	5.668.532,32	4.103.380	30.241.910,60	46.944.234,14

30. DOS IMPEDIMENTOS E VEDAÇÕES

30.107. É vedada a contratação de empresa cujo sócio, proprietário ou acionista, seja cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de Membros e Servidores ocupantes de Cargo de Direção, Chefia ou Assessoramento desta Autarquia, consoante ao art.14 inciso IV da Lei 14.133/2021.

31. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO

31.108. A formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital. Considerando que trata-se de objeto com especificidades de logística, será permitida a participação de consórcios, limitados a 2 (duas) empresas, de modo a evitar maior pulverização das responsabilidades.

31.109. Conforme Art. 233 do Decreto 11.363/2023, em caso de consórcio, serão observadas as condições:

- I - comprovação do compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;
- II - indicação da pessoa jurídica responsável pelo consórcio, que deverá atender às condições de liderança fixadas no edital;
- III - apresentação dos documentos exigidos no edital quanto a cada consorciado, admitindo-se, para efeito de qualificação técnica, o somatório dos quantitativos atestados por cada consorciado;
- IV - comprovação de qualificação econômico-financeira, mediante:
- az)apresentação do somatório dos valores de cada consorciado, devendo a Administração Pública estabelecer, para o consórcio, um acréscimo de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual quando houver a exigência de capital social ou patrimônio líquido mínimo, salvo justificativa;

a.1) Justificativa: Considerando que o presente certame não se enquadra como uma licitação de grande vulto, a fim de ampliar a competitividade do certame, não será aplicado o acréscimo de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento), devendo ser apresentado por todos os licitantes, o percentual de 2% (dois por cento) estabelecido para o patrimônio líquido.

ba)demonstração, por todos os consorciados, do atendimento aos índices contábeis definidos no edital.

V - impedimento de participação de consorciado, na mesma licitação, em mais de um consórcio ou isoladamente.

§ 1º O edital deverá exigir que conste cláusula de responsabilidade solidária:

- I - no compromisso de constituição de consórcio a ser firmado pelos licitantes; e
- II - no contrato a ser celebrado com o consórcio vencedor.

§ 2º No consórcio de empresas brasileiras e estrangeiras, a liderança caberá, obrigatoriamente, à empresa brasileira, observando-se o disposto no inciso II do caput.

§ 3º O licitante vencedor ficará obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no inciso I do caput, devendo comprovar o arquivamento na respectiva Junta Comercial e a inscrição no CNPJ.

§ 4º A possibilidade de substituição de consorciado durante a execução contratual deverá estar prevista no edital e ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante.

No caso em concreto, a Administração permitirá mediante as recomendações:

- bb)que a modificação do consórcio não prejudique o objeto do contrato, ou seja, que não existam risco de inadimplemento contratual decorrente da substituição de empresas no consórcio, tampouco constituirá burla ao procedimento licitatório;
- bc)a comprovação de que a nova composição do consórcio teria, à época da licitação, condições de se sagrar vencedora do certame;
- bd)que a empresa em substituição tenha o acervo técnico compatível com a licitação;
- be)que seja feito o termo de apostilamento para a substituição da empresa;

bf) que seja feita a alteração do contrato social do consórcio na junta comercial do Estado do Acre, no prazo de **5 dias** da ciência da decisão;

§ 6º O acréscimo previsto na alínea “a” do inciso IV do caput não será aplicável aos consórcios compostos, em sua totalidade, por MEs e EPPs.

§ 7º Qualquer dos consorciados poderá apresentar, isoladamente ou em conjunto, independentemente da proporção de sua participação no consórcio, a garantia de proposta prevista no art. 58 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, quando exigida.

**32. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

32.110. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

**Marcel Portela da Costa Lima**  
Chefe do Departamento de Aquisições e Contratos – DEPAC  
Decreto nº 6.490-P - Portaria SEAD Nº 330/2024

**Mara Clícia E. Rosas Leite**  
Divisão de Aquisições - DICAQ

**Cristiane Santos Vezu**  
Técnica em Gestão Pública  
Divisão de Serviços Gerais e Transportes - DISERV/SEAD



Documento assinado eletronicamente por **MARA CLICIA EUGENIO ROSAS LEITE, Assessor(a) Técnico(a)**, em 06/05/2026, às 09:12, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARCEL PORTELA DA COSTA LIMA, Chefe de Departamento**, em 06/05/2026, às 09:47, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **CRISTIANE SANTOS VEZU, Técnica em Gestão Pública**, em 06/05/2026, às 10:10, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0020630332** e o código CRC **04691D87**.

Processo nº 0006.016602.00185/2025-83

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XX/2026

Processo SEI Nº 0006.016602.00185/2025-83

Pregão Eletrônico SRP nº .....

O ESTADO DO ACRE, por meio da ....., Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº ....., sediada na ....., neste ato por seu ....., o Sr. ...., no uso das atribuições legais que lhe confere o Decreto nº 08-p, de 1º de janeiro de 2023, publicado no Diário Oficial do Estado nº 13.460, de 25 de Janeiro de 2023, **ÓRGÃO GERENCIADOR**, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e em conformidade com as disposições a seguir:

33. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

33.1. Pregão Eletrônico para a formação de Registro de Preços visando a futura Contratação de empresa para prestação de serviços especializados na administração, gerenciamento e fornecimento de combustível na forma de cartão magnético ou similar (sistema web, chips, tag's eletrônicas - RFID) ou outra solução tecnológica equivalente para atender a demanda dos veículos oficiais da frota da Secretaria de Estado de Administração - SEAD, bem como dos demais órgãos partícipes que compõem o Poder Executivo do Estado do Acre (ITERACRE, AGEAC, SEPI, EMATER, IAPEN, PROCON, SEHURB, PMAC, SEPLAN, ANAC, SANEACRE, SEAGRI, CBMAC, PCAC, ISE, SEGOV, SECOM, FEM).

34. CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

34.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor: CNPJ nº: Endereço: Contato: E-mail: Representante Legal:						
Item	Especificação do Objeto	Métrica	Valor do Registro	Percentual de Desconto Ofertado Taxa de Administração (%)	Valor Ofertado da Taxa de Administração Anual (R\$)	Valor Total do Registro com Taxa de Administração
1	Prestação de serviços especializados na administração, gerenciamento e fornecimento de combustível na forma de cartão magnético ou similar (sistema web, chips, tag's eletrônicas - RFID) ou outra solução tecnológica equivalente para atender a demanda dos veículos oficiais da frota da Secretaria de Estado de Administração - SEAD, bem como dos demais órgãos partícipes que compõem o Poder Executivo do Estado do Acre (ITERACRE, AGEAC, SEPI, EMATER, IAPEN, PROCON, SEHURB, PMAC, SEPLAN, ANAC, SANEACRE, SEAGRI, CBMAC, PCAC, ISE, SEGOV, SECOM, FEM).	unid.	46.944.234,14			

ITENS	UNIDADE	QUANTIDADE TOTAL PARA REGISTRO	ANP - JAN/2026	VALOR TOTAL ESTIMADO (R\$)
Gasolina Comum	Litro	1.528.226	7,22	11.033.791,22
Diesel Comum	Litro	769.136	7,37	5.668.532,32
Diesel S10	Litro	4.103.380	7,37	30.241.910,60



Total Anual Estimado					46.944.234,14
Taxa de Administração - Anual				Percentual (.....%)	
Valor	Total	Geral	com	Taxa de Administração	

35. CLÁUSULA TERCEIRA – ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)
- 35.1. O órgão gerenciador será a .....
- 35.2. Além do gerenciador e órgãos/entidades públicas participantes do registro de preços, conforme detalhamento abaixo:

ÓRGÃOS		ITENS						Valor Total do Registro por Órgão	Percentual de Desconto Taxa de Administração (%)	Valor Ofertado da Taxa de Administração Anual (R\$)	Valor Total do Registro por Órgão com Taxa de Administração
		Gasolina Comum	Valor Total	Diesel Comum	Valor Total	Diesel S-10	Valor Total				
ÓRGÃO GERENCIADOR	SEAD	3.360	24.259,20	3.600	26.532,00	21.600	155.952,00				
ÓRGÃOS PARTICÍPEIS	ITERACRE	11.196	80.835,12	600	4.422,00	58.020	418.904,40				
	AGEAC	24.000	173.280,00	6.000	44.220,00	24.000	173.280,00				
	SEPI	140.000	1.010.800,00	14.000	103.180,00	63.000	454.860,00				
	EMATER	9.000	64.980,00	---	0,00	45.000	324.900,00				
	IAPEN	94.875	684.997,50	40.000	294.800,00	362.500	2.617.250,00				
	PROCON	5.000	36.100,00	3.000	22.110,00	12.000	86.640,00				
	SEHURB	20.000	144.400,00	40.000	294.800,00	40.000	288.800,00				
	PMAC	402.084	2.903.046,48	5.576	41.095,12	2.000.000	14.440.000,00				
	SEPLAN	1.771	12.786,62	---		14.260	102.957,20				
	ANAC	600	4.332,00	1.800	13.266,00	4.800	34.656,00				
	SANEACRE	300.000	2.166.000,00	240.000	1.768.800,00	276.000	1.992.720,00				
	SEAGRI	48.000	346.560,00	360.000	2.653.200,00	456.000	3.292.320,00				
	CBMAC	120.000	866.400,00	12.000	88.440,00	300.000	2.166.000,00				
	PCAC	220.000	1.588.400,00	20.000	147.400,00	200.000	1.444.000,00				
	ISE	96.000	693.120,00	12.000	88.440,00	144.000	1.039.680,00				
	SEGOV	5.400	38.988,00	3.000	22.110,00	5.400	38.988,00				
	SECOM	10.140	73.210,80	1.560	11.497,20	46.800	337.896,00				
	FEM	16.800	121.296,00	6.000	44.220,00	30.000	216.600,00				
TOTAL GERAL .....		1.528.226	11.033.791,22	769.136	5.668.532,32	4.103.380	30.241.910,60				

36. CLÁUSULA QUARTA – DA ADESAO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
- 36.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

a) apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

b) demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

c) consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
- 36.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
- 36.3. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
- 36.4. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
- 36.5. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
- 36.6. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.
- 36.7. Será vedado aos órgãos e entidades da Administração Pública estadual a adesão a ata de registro de preços gerenciada por órgão ou entidade municipal (art. 338 do Decreto Estadual 11.363/2023).
37. CLÁUSULA QUINTA – DOS LIMITES PARA AS ADESAOES
- 37.1. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
- 37.2. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
- 37.3. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 5.1, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.
38. CLÁUSULA SEXTA – VEDAÇÃO A ACRÉSCIMO DE QUANTITATIVOS
- 38.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na Ata de Registro de Preços.
39. CLÁUSULA SÉTIMA – VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

39.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado da data da sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso, em conformidade com o art. 325 do Decreto nº 11.363/2023, tendo reestabelecido o quantitativo inicial, a partir da prorrogação, sem que ocorra a acumulação de itens entre os períodos.

39.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

39.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

39.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

39.5. O instrumento contratual de que trata o item 7.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

39.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

39.7. O consumo da ata de registro de preços deverá ocorrer primeiro no item, lote ou grupo mais vantajoso, consumindo-se os demais itens, lotes ou grupos, em sequência, apenas quando esaurido o quantitativo daquele (art. 342 do Decreto estadual 11.363/2023).

39.8. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

39.8.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;

39.8.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

39.8.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

39.8.2.2. Mantiverem sua proposta original.

39.9. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

39.10. O registro a que se refere o item 7.7.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

39.11. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

39.12. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

39.13. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e

39.14. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços, o preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

39.15. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

39.16. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

39.17. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

39.18. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

39.19. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:

39.20. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

39.21. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição

39.22. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração Pública a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada, assegurada a preferência da detentora da ata de registro de preços quando em igualdade de condições (art. 343 do Decreto Estadual 11.363).

**40. CLÁUSULA OITAVA – ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

40.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

40.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

40.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

40.2. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

40.2.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

40.2.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

**41. CLÁUSULA NONA – NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

41.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

41.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

41.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

41.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

41.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

41.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

41.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

41.8. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

41.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados

41.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

41.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

41.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

**42. CLÁUSULA DÉCIMA – REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

42.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

- 42.2. O remanejamento somente poderá ser feito:
- a) De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
  - b) De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

42.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

42.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

42.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

42.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

42.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

**43. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

- 43.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
- a) Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
  - b) Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
  - c) Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023;
  - d) Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

43.2. Na hipótese de aplicação de sanção previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

43.3. O cancelamento de registros será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

43.4. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

- 43.5. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
- a) Por razão de interesse público;
  - b) A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
  - c) Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

**44. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES**

44.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital ou no aviso de contratação direta.

44.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

44.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

44.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

**45. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – CONDIÇÕES GERAIS**

45.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital ou aviso de contratação direta.

45.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

45.3. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

**46. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO**

46.1. Fica eleito o foro da Justiça Comum da Comarca de Rio Branco, Acre, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Órgão Gerenciador  
XXXX

XXXXX  
Representante Legal





A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0020662943** e o código CRC **8788E890**.

MINUTA DE CONTRATO nº 41/2026/SEAD - DICAQ

CONTRATO Nº \_\_\_\_/2026

PROCESSO SEI Nº 0006.016602.00185/2025-83  
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_\_

O ESTADO DO ACRE, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob o n.º 63.606.479/0001-24, por meio da **SECRETARIA DE ESTADO ADMINISTRAÇÃO - SEAD**, inscrita no CNPJ sob o n.º 04.034.468/0001-58, com sede na Avenida Getúlio Vargas, 232, Bairro Centro, “Palácio das Secretarias”, CEP 69.900-660, na cidade de Rio Branco - AC, neste ato representado por seu Secretário, o Sr. \_\_\_\_\_, no uso das atribuições legais que lhe confere o Decreto nº \_\_\_\_\_, publicado no Diário Oficial do Estado nº \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e do outro lado a empresa \_\_\_\_\_, devidamente inscrita no CNPJ Nº \_\_\_\_\_, estabelecida na \_\_\_\_\_, neste ato representada pelo Sr. \_\_\_\_\_, portador da cédula de identidade nº \_\_\_\_\_, inscrito no CPF/MF nº \_\_\_\_\_, domiciliado e residente cidade de \_\_\_\_\_, denominada simplesmente **CONTRATADA**, pactuam o presente **CONTRATO** em conformidade com o que dispõe a Lei nº 14.133/2021 e suas alterações, mediante as cláusulas e condições a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Pregão Eletrônico para a formação de Registro de Preços visando a futura Contratação de empresa para prestação de serviços especializados na administração, gerenciamento e fornecimento de combustível na forma de cartão magnético ou similar (sistema web, chips, tag's eletrônicas - RFID) ou outra solução tecnológica equivalente para atender a demanda dos veículos oficiais da frota da Secretaria de Estado de Administração - SEAD, bem como dos demais órgãos partícipes que compõem o Poder Executivo do Estado do Acre (ITERACRE, AGEAC, SEPI, EMATER, IAPEN, PROCON, SEHURB, PMAC, SEPLAN, ANAC, SANEACRE, SEAGRI, CBMAC, PCAC, ISE, SEGOV, SECOM, FEM), nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

tem	Especificação do Objeto	Métrica	Valor Estimado	Percentual de Desconto Ofertado Taxa de Administração (%)	Valor Ofertado da Taxa de Administração Anual (R\$)	Valor Total Estimado com Taxa de Administração (R\$)
1	Prestação de serviços especializados na administração, gerenciamento e fornecimento de combustível na forma de cartão magnético ou similar (sistema web, chips, tag's eletrônicas - RFID) ou outra solução tecnológica equivalente para atender a demanda dos veículos oficiais da frota da Secretaria de Estado de Administração - SEAD, bem como dos demais órgãos partícipes que compõem o Poder Executivo do Estado do Acre (ITERACRE, AGEAC, SEPI, EMATER, IAPEN, PROCON, SEHURB, PMAC, SEPLAN, ANAC, SANEACRE, SEAGRI, CBMAC, PCAC, ISE, SEGOV, SECOM, FEM).	unid.				

ITENS	UNIDADE	QUANTIDADE TOTAL PARA CONTRATAR	VALOR TOTAL (R\$)
Gasolina Comum	Litro		
Diesel Comum	Litro		
Diesel S10	Litro		
Total Anual Estimado .....			
Taxa de Administração - Anual.....		Percentual (.....%)	
Valor Total Geral com Taxa de Administração .....			

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO

- 2.1. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
- 2.1.1. O Termo de Referência;
- 2.1.2. Anexo do Termo de Referência: Planilha Consolidada dos Órgãos Participantes;
- 2.1.3. O Edital da Licitação;
- 2.1.4. A Proposta do contratado;

2.1.5. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

3. **CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA, PRORROGAÇÃO E EFICÁCIA**

3.1. **DO CONTRATO**

3.1.1. Findo o processo licitatório, a qualquer momento durante a vigência da Ata de Registro de Preços, de acordo com as necessidades da Administração, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, a licitante vencedora e a SEAD poderão celebrar o Termo de Contrato.

3.1.2. O prazo acima descrito poderá ser prorrogado uma vez por igual período, mediante solicitação da licitante vencedora, devidamente justificado, desde que aceito pela Secretaria de Administração - SEAD.

3.2. **DA VIGÊNCIA/PRORROGAÇÃO**

3.2.1. O Termo de contrato terá como termo inicial de vigência a data de sua assinatura, e sua duração será de 12 (doze) meses, prorrogável nos termos dos Arts. 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

3.2.3. O objeto é enquadrado como continuado tendo em vista que sua necessidade é permanente e contínua, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando a otimização e celeridade dos fluxos e procedimentos de contratações anuais, bem como evitando eventuais interrupções do fornecimento.

3.2.4. No período de vigência do Contrato estão incluídos todos os prazos necessários à perfeita execução do objeto nos termos pactuados entre as partes, ressalvados os casos referentes às garantias do objeto, que extrapolam o referido prazo de vigência.

3.3. **DA EFICÁCIA**

3.3.1. A eficácia do contrato estará condicionada à publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado do Acre.

3.3.2. A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer em até 20 (vinte) dias, contados da data de sua assinatura.

3.3.3. 20 (vinte) dias úteis, no caso de licitação;

3.3.4. 10 (dez) dias úteis, no caso de contratação direta.

4. **CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO**

4.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

4.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila;

4.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica (e-mail) para esse fim;

4.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;

4.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros;

4.5.1. A implantação do sistema de gerenciamento do abastecimento dos veículos deverá ocorrer em no máximo até 3 (três) dias úteis após o recebimento da Ordem de Serviços emitido pela contratante, incluindo a instalação de todos os equipamentos e insumos necessários à operação do sistema, o credenciamento dos postos indicados pela contratada, bem como o credenciamento e treinamento dos gestores e condutores.

4.5.2. O fornecimento dos combustíveis será iniciado a partir da entrega dos cartões magnéticos para toda a frota de veículos utilizados pela contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis após a entrega pela contratante da Ordem de Serviços.

4.5.3. Excepcionalmente, a prestação de serviços poderá ser iniciada antes da entrega efetiva dos cartões, com a liberação virtual de abastecimento a partir de cadastro de motorista e veículos.

4.5.4. O prazo para atendimento e solução de problemas de assistência técnica pela contratada, não poderá ser superior a 2 (duas) horas, em dias úteis, considerando o horário comercial de 07h às 17h (horário do Acre), devendo apresentar justificativa e solicitação de prorrogação deste prazo por escrito, quando for o caso.

4.5.5. A inexecução total ou parcial do objeto, bem como o descumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, acarretará as penalidades e sanções previstas no contrato, incluindo, mas não se limitando a, multas, suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração por um período determinado, conforme a legislação vigente.

4.6. **DAS CONDIÇÕES GERAIS**

4.6.1. Promover o gerenciamento informatizado do abastecimento dos veículos utilizados pela Secretaria ....., compreendendo a implantação administração, gerenciamento e fornecimento de combustível na forma de cartão magnético ou similar (sistema web, chips, tag's eletrônicas - RFID) ou outra solução tecnológica equivalente para atender a demanda dos veículos utilizados, dos gestores, do controle e da logística, possibilitando o abastecimento e a fiscalização financeira e operacional, em caráter contínuo, ficando a cargo da contratada a comprovação em planilha dos valores a serem retidos com os recolhimentos de IRRF, ISS, DAE, DAM e outros tributos decorrentes da natureza da despesa dos postos credenciados em nome da Secretaria de Estado de Administração - SEAD, bem como o encaminhamento das Notas Fiscais emitidas pelos postos credenciados, contemplando:

- a) Rede de Postos para o fornecimento de combustíveis, credenciando estabelecimentos idôneos para o fornecimento dos combustíveis, destinados aos diversos tipos de marcas e modelos de veículos utilizados pela SEAD e os que porventura venham a ser adquiridos durante a vigência do Contrato;
- b) A Rede Credenciada de Postos deverá fornecer, no mínimo, os seguintes combustíveis: Gasolina comum, Óleo Diesel Comum e Óleo Diesel S-10;
- c) Informatização dos controles através de sistema integrado de gestão de frota, possibilitando o lançamento de dados, emissão de relatórios financeiros, operacionais e gerenciais, que permitam controle total dos gastos;
- d) Informatização de comprovantes de recolhimentos de IRRF, ISS, DAE, DAM e outros tributos decorrentes da natureza da despesa dos postos credenciados em nome da SEAD, conforme pontuado no Decreto Estadual nº 11.107, de 19 de agosto de 2022 e outros que porventura regulam os recolhimentos do Estado.

4.7. **DAS CONDIÇÕES PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

4.7.1. A empresa contratada deverá prestar os serviços em conformidade com as especificações contidas neste Termo de Referência e em sua Proposta, sem defeitos ou avarias, sendo aplicadas todas as normas e exigências do Código de Defesa do Consumidor (art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90) e demais legislação aplicáveis à espécie.

4.7.2. O descumprimento do prazo estipulado acarretará à empresa contratada as sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021 e no Edital e seus anexos.

4.7.3. No caso de empresa contratada prever atraso no início ou na conclusão dos serviços, poderá solicitar prorrogação de prazo, desde que presentes: justo motivo), prova documental da alegação e que o pedido seja encaminhado ao fiscal do contrato.

4.7.4. Não sendo apresentado pedido de prorrogação, ou caso apresentado, não seja aceito, a aplicação das sanções prevista neste Termo de Referência e no contrato realizar-se-á em procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa à empresa contratada.

5. **CLÁUSULA QUINTA – DA GESTÃO DO CONTRATO**

5.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

5.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

5.4. O órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

5.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

5.6. **PREPOSTO**

5.6.1. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

5.6.2. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

5.7. **FISCAL DO CONTRATO**

5.7.1. São atribuições do fiscal de contratos, sem prejuízo das demais previstas no Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos Administrativos:

5.7.2. Conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos ou da Ata de Registro de Preços, do Instrumento Contratual, seus anexos e eventuais aditivos/apostilamentos;

5.7.3. Avaliar a quantidade e a qualidade dos serviços executados ou dos bens entregues;

5.7.4. Atestar, em documento hábil, o fornecimento ou a entrega de bens permanentes ou de consumo e a prestação do serviço, após conferência prévia do objeto contratado;

5.7.5. Controlar a efetividade e eficácia da sua execução em estrita observância ao estabelecido no contrato (especificações e normas técnicas, por exemplo), solicitando a correção de eventuais vícios, imperfeições, deficiências e/ou omissões;

5.7.6. Registrar todas as ocorrências havidas durante o período de execução do contrato, em livro próprio;

5.7.7. Observar os prazos contratuais para a regularização de eventuais falhas e, no caso da inexistência de sua previsão, estabelecer juntamente com o Gestor de Contrato, prazo razoável para medida saneadora.

5.7.8. Conhecer suas atribuições e responsabilidades para o exercício das atividades de fiscalização;

5.7.9. Assegurar-se do cumprimento integral das obrigações contratuais assumidas pela contratada;

5.7.10. Apresentar, periodicamente ou quando solicitado, relatório circunstanciado de acompanhamento da execução do serviço, da entrega do material ou do bem, que deverá ser instruído com registros fotográficos e demais documentos probatórios, quando for o caso;

5.7.11. Acompanhar rotineiramente a execução dos serviços contratados, assim como conferir se os materiais ou bens requisitados foram entregues em perfeitos estado e nas mesmas condições e características pactuadas;

5.7.12. Atuar em tempo hábil na solução dos problemas que – porventura - venham a ocorrer ao longo da execução contratual, desde que não ultrapassem suas competências;

5.7.13. Encaminhar as questões que ultrapassarem suas atribuições ao Gestor do Contrato;

5.7.14. Providenciar, sempre por escrito, a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada.

5.7.15. Indicar, em nota técnica, a necessidade de eventuais descontos a serem realizados no valor mensal dos serviços, por meio de glosas que serão escritas no verso da nota ou documento equivalente;

5.7.16. Cientificar o gestor do contrato e também o Ordenador de Despesas do órgão/entidade contratante da possibilidade de não conclusão do objeto na data pactuada, com as devidas justificativas;

5.7.17. Realizar, juntamente com a contratada, as medições dos serviços nas datas estabelecidas, antes de atestar as respectivas notas fiscais;

5.7.18. Reportar-se sempre ao preposto da contratada, não devendo, em hipótese alguma, dar ordens diretamente aos seus empregados;

5.7.19. Emitir atestados ou certidões de avaliação dos serviços prestados;

5.7.20. Emitir atestado ou certidão de realização de serviços, total ou parcial;

5.7.21. Controlar a medição do serviço executado, aprovando somente a medição dos serviços efetivamente realizados;

5.7.22. Informar o Gestor do Contrato sobre irregularidade que deva ser sanada;

5.7.23. Glosar as medições quando houver má execução do contratado ou mesmo a sua não execução e, com isso, sugerir a aplicação de penalidades ao contratado em face do inadimplemento de suas obrigações; e

5.7.24. Representar, levando ao conhecimento das autoridades a execução de ato ilícito que tenha tido conhecimento em razão de seu ofício.

5.8. **GESTOR DO CONTRATO**

5.8.1. São atribuições do Gestor de Contratos, sem prejuízo das demais previstas no Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos Administrativos:

5.8.2. Conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos ou da Ata de Registro de Preços, do Instrumento Contratual e seus eventuais aditivos;

5.8.3. Gerenciar todo o Processo Administrativo de Despesa Pública – PADP referente à contratação;

5.8.4. Assegurar-se do cumprimento integral das obrigações contratuais assumidas, com qualidade e em respeito à legislação vigente;

5.8.5. Solicitar periodicamente ao fiscal do contrato relatório das ocorrências para que, sendo o caso, possa tomar as providências cabíveis a fim de corrigi-las;

5.8.6. Atuar em tempo hábil na solução dos problemas de sua alçada que venham a ocorrer ao longo da execução contratual;

5.8.7. Analisar notas/glosas escritas pelo fiscal, a fim de constatar a possível necessidade de descontos a serem realizados no valor mensal dos serviços/compras, informando-as ao setor financeiro;

5.8.8. Encaminhar formalmente as demandas ao preposto por meio de ordem de serviço/entrega ou fornecimento;

5.8.9. Repassar ao Fiscal de Contratos todas as informações e documentos relativos ao contrato, para que este último possa bem fiscalizá-lo;

5.8.10. Dar publicidade e manter semanalmente atualizados os dados de cada PADP sob sua gerência por meio da inserção de dados em meios informáticos;

5.8.11. Acompanhar a vigência do instrumento contratual, a fim de proceder às diligências administrativas de prorrogação, se possível e vantajoso for, ou ao encerramento da contratação, de modo a garantir o atendimento do interesse público.

5.8.12. Propor medidas que melhorem a execução do contrato.

5.8.13. Conhecer suas atribuições para o exercício das atividades de gestão;

5.8.14. Encaminhar ao respectivo responsável, as questões que ultrapassam o âmbito das suas atribuições para que possam ser solucionadas;

5.8.15. Providenciar, sempre por escrito, a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico, para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada.

5.8.16. Alimentar o Portal da Transparência e de Acesso à Informação do Governo, os sistemas informatizados para gestão dos Contratos Administrativos e outros subsistemas quanto a informações inerentes aos contratos que gerencia, responsabilizando-se por tais informações, inclusive, sempre quando solicitadas;

5.8.17. Negociar condições previamente estabelecidas com o contratante sempre que o mercado assim o exigir e quando da sua prorrogação, nos termos da Lei

5.8.18. Informar periodicamente ao Ordenador de Despesas do órgão/entidade sobre ocorrências relacionadas ao contrato. Por exemplo: execução de ajustes, requerimento de concessão de reajuste, prorrogações e etc., encaminhando, sempre que solicitado, o relatório de acompanhamento de obras ou serviços prestados comunicando as irregularidades encontradas

5.8.19. Juntamente com o fiscal, deve levar ao conhecimento do Ordenador de Despesas do órgão/entidade, sempre por escrito, instruções relativas a modificações de projetos aprovados, alterações de prazos, cronogramas e demais informações correlatas ao contrato, emitindo pareceres e relatórios técnicos como forma de subsidiar a Administração na tomada



de decisões.

- 5.8.20. Obter a formalização da designação do preposto junto à contratada;
- 5.8.21. Elaborar o plano de inserção, instrumento pelo qual deverá ocorrer o repasse ao contratado dos conhecimentos necessários para a execução dos serviços, e disponibilizar infraestrutura adequada à contratada para execução do pactuado, quando for o caso;
- 5.8.22. Notificar a contratada, por ordem do Ordenador de Despesas do órgão/entidade contratante, sobre irregularidades encontradas; e
- 5.8.23. Controlar a regularidade do adimplemento das obrigações trabalhistas e previdenciárias da contratada com seus empregados.
- 5.8.24. Receber, analisar, instruir e dar impulso aos pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;
- 5.8.26. Efetuar a digitalização e armazenamento dos documentos fiscais e trabalhistas da contratada no Sistema Eletrônico de Informações - SEI, quando couber, bem como no PNCP;
- 5.8.28. Inserir os dados referentes ao contrato no PNCP (quando for o caso).

## 6. CLÁUSULA SEXTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

- 6.1. Não será admitida a subcontratação total ou parcial para o objeto a ser licitado.

## 7. CLÁUSULA SÉTIMA – VALOR

- 7.1. O valor total do presente contrato é de R\$ \_\_\_\_\_, já incluídos todos os impostos, taxas e quaisquer outras despesas que sejam pertinentes ao objeto contratado.

## 8. CLÁUSULA OITAVA – DA LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

- 8.1. O pagamento dos serviços prestados será efetuado à empresa contratada no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento do documento fiscal, compreendido nesse período a fase de ateste deste – o qual conterá o endereço, o CNPJ, os números do Banco, da Agência e da Conta Corrente da Empresa contratada, o número da Nota de Empenho e a descrição clara do objeto – em moeda corrente nacional, de acordo com as condições constantes na proposta da Empresa contratada e aceita pela Administração contratante.

- 8.2. A emissão da ordem bancária será efetivada após o documento fiscal ser conferido, aceito e atestado por servidor responsável, caracterizando o recebimento definitivo, e ter sido verificada a regularidade da Empresa contratada, mediante Certidão Negativa (ou Positiva com efeito de Negativa) de Débitos Trabalhistas (CNDT), para comprovação, dentre outras coisas, do devido recolhimento das contribuições sociais (FGTS e Previdência Social) e demais tributos estaduais, federais e municipais, conforme cada caso.

- 8.3. O documento fiscal deverá ser emitido em nome da:

8.3.1. Secretaria .....

8.3.2. CNPJ nº .....

- 8.4. A empresa contratada deve apresentar o documento fiscal de fornecimento de material, emitido e entregue ao fiscal do contrato, para fins de liquidação e pagamento.

- 8.5. Na ocorrência de rejeição do documento fiscal motivado por erro ou incorreções, o mesmo será devolvido à empresa contratada para retificação e reapresentação, acrescendo-se, no prazo fixado para pagamento, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

- 8.6. Nos casos de eventuais atrasos injustificados de pagamento, desde que a Empresa contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Administração contratante, desde a data limite fixada para pagamento até a data do efetivo pagamento, será a seguinte:

$EM = N \times VP \times I / 365$ , onde:

EM = Encargos moratórios a serem pagos pelo atraso de pagamento;

N = Número de dias de atraso contados entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso; e

I = IPCA anual acumulado (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado do IBGE) / 100.

- 8.7. Os documentos de cobrança deverão ser entregues pela empresa contratada, no local do pagamento, no horário de expediente da Contratante, ou por e-mail a ser informado quando da assinatura do contrato.

- 8.8. Em nenhuma hipótese será efetuado pagamento de documento fiscal com o número do CNPJ/MF diferente do que foi apresentado na proposta de preços, mesmo que sejam empresas consideradas matriz e filial ou vice-versa, ou pertencentes ao mesmo grupo ou conglomerado.

- 8.9. Não será realizado qualquer tipo de pagamento através de boleto bancário ou por outro meio diferente do previsto no Contrato.

- 8.10. A Administração contratante, no momento do pagamento, providenciará as devidas retenções tributárias, nos termos da legislação vigente, exceto nos casos em que a empresa contratada comprovar, na forma prevista em lei, não lhe serem aplicáveis tais retenções.

- 8.11. Caso a empresa contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das ME e EPP – SIMPLES, desde que não haja vedação legal para tal opção em razão do objeto executado, deverá apresentar, juntamente com o documento fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

## 9. CLÁUSULA NONA – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

- 9.1. Os preços dos produtos, objeto do presente contrato têm por base a proposta apresentada pela contratada;

- 9.2. O preço do presente contrato poderá ser ALTERADO, conforme o caso, para mais ou para menos, nas hipóteses, expressamente, previstas no art. 124 da Lei 14.133/2021, a qualquer tempo, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, visando restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do serviço contratado, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico inicial do contrato, tudo em conformidade com o art. 124, inc. II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021.

### 9.3. DA REVISÃO

- 9.3.1. A revisão dos preços quando solicitada pela contratada, deverá apresentar as justificativas dos fatos motivadores do desequilíbrio e encaminhar, no mínimo, os seguintes documentos:

9.3.1.1. Planilha de composição do novo preço, com os mesmos elementos formadores dos preços originalmente contratados, devendo demonstrar quais os itens da planilha de custos;

9.3.1.2. Cópia autenticada da(s) nota(s) fiscal(is) e outros elementos comprobatórios para a formação do novo preço.

9.3.2. Em nenhuma hipótese os preços decorrentes de revisão ultrapassarão os praticados no mercado;

9.3.3. Os preços revisados não poderão conter aumento da margem de lucro inicialmente pactuada;

- 9.4. O equilíbrio econômico-financeiro do contrato, se concedido, ocorrerá a partir da data da assinatura do respectivo termo aditivo ou apostilamento, com efeitos financeiros da data da solicitação da contratada;

9.5. Enquanto não ocorrer a revisão dos preços, a prestação dos serviços deverá ser feita de forma continuada, sob o preço contratado.

### 9.6. DO REAJUSTE

9.6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

9.6.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

9.6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

9.6.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

- 9.6.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 9.6.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 9.6.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 9.6.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

10. **CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 10.1. São obrigações do Contratante:
- 10.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 10.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 10.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 10.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 10.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 10.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 10.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 10.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 10.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 10.1.9.1. A Administração terá o prazo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 10.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis.
- 10.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 10.1.12. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso [do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 10.1.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11. **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

- 11.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 11.1.1. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.
- 11.1.2. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 11.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 11.1.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 11.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;[\[A2\]](#)
- 11.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 11.1.7. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 11.1.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:
- a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
  - b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
  - c) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual, quando for o caso;
  - d) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou sede do contratado;
  - e) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
  - f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 11.1.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
- 11.1.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 11.1.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 11.1.12. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 11.1.13. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- 11.1.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 11.1.15. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 11.1.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 11.1.17. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 11.1.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#));

11.1.19. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#));

11.1.20. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

11.1.21. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

11.1.22. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

**12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

12.1. Não será exigida prestação de garantia para fins de contratação.

**13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

13.1. A Contratada ficará sujeita às sanções previstas na Lei nº14.133/2021 e demais normas pertinentes.

13.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste certame, a Administração do Órgão, garantida a prévia defesa, aplicará as fornecedoras as sanções previstas no Termo de Referência.

13.3. Será a empresa responsabilizada administrativamente por falhas ou erros na execução que vierem a acarretar prejuízos ao CONTRATANTE, sem exclusão da responsabilidade criminal e civil por danos morais ou físicos a terceiros, nos termos da Lei.

13.4. Aos fornecedores que praticarem ilícitos administrativos na licitação, no procedimento de dispensa ou inexigibilidade licitatória e nos contratos, serão aplicadas as seguintes sanções, conforme artigo 156 da Lei 14.133/2021:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Impedimento de licitar ou contratar;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.5. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida observado o princípio da proporcionalidade.

13.6. Quando o fornecedor, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica duas ou mais infrações administrativas, idênticas ou não, as penas aplicadas serão cumuladas, respeitados os limites máximos previsto na legislação pertinente.

13.7. A advertência consiste em comunicação formal ao fornecedor, em decorrência de atos menos graves e que ocasionem menores riscos para a Administração e, se for o caso, conferindo prazo para a adoção de medidas corretivas cabíveis;

13.8. A multa é a sanção pecuniária que será imposta ao fornecedor e será aplicada nos seguintes limites máximos previsto com base na legislação pertinente.

13.9. As penalidades de advertência, suspensão e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas conjuntamente com a de multa.

13.10. A suspensão é a sanção que impede temporariamente o fornecedor de participar de licitações e de contratar com a Administração Pública dos Poderes da União, dos Estados e dos Municípios, por prazo não superior a dois anos, podendo chegar a cinco anos em se tratando da modalidade pregão.

13.11. A suspensão temporária impedirá o fornecedor de licitar e contratar com a Administração Pública, e será aplicada, dentre outros, nos seguintes casos e períodos.

13.12. A partir da terceira conduta sancionada na forma do inciso IV, ocorridas no período de até sessenta meses, qualquer que tenha sido a pena aplicada, poderá a terceira sanção ser majorada para até cinco anos, quando a última sanção decorra de conduta praticada na modalidade Pregão.

13.13. Declaração de inidoneidade é a sanção que qualifica negativamente o fornecedor, impedindo-o de licitar e contratar com os órgãos e entidades da Administração Pública dos Poderes da União, dos Estados e dos Municípios, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo de dois anos da aplicação da sanção.

13.14. A reabilitação do fornecedor perante a Administração se dará pelo cumprimento de obrigações de fazer, de pagar ou por ambas.

13.15. No ato da declaração de inidoneidade, a Administração deverá indicar desde já, para fins de reabilitação do licitante ou contratado, as obrigações de fazer ou o valor do ressarcimento e os critérios de correção nas obrigações de paga.

**14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

14.1. O contrato poderá ser extinto, nas hipóteses previstas no artigo 137 da Lei 14.133/2021, a qual deverá ser formalmente motivada, assegurados o contraditório e ampla defesa, nas seguintes hipóteses:

- I - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editais ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
- II - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
- III - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
- IV - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
- V - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
- VI - atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;
- VII - atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;
- VIII - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;
- IX - não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

14.2. Deverá a CONTRATADA manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de regularidade fiscal exigidas neste Termo de Referência, prevendo, como sanções para o inadimplemento a essa cláusula, a extinção do contrato e o ressarcimento dos valores e indenizações devidos à Administração, além das penalidades já previstas em lei.

**15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

15.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Estado, conforme recursos consignados a seguir:

15.2. **Elemento de Despesa:** 3 3 90 39 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.

15.3. **Programa de Trabalho:** .....

15.4. **Fontes:** .....

**16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

16.1. Os requisitos básicos do serviço objeto da contratação envolvem:

16.1.1. Promover o gerenciamento informatizado do abastecimento dos veículos utilizados pela Secretaria de Estado de Administração - SEAD e órgãos partícipes, compreendendo a implantação administração, gerenciamento e fornecimento de combustível na forma de cartão magnético ou similar (sistema web, chips, tag's eletrônicas - RFID) ou outra solução tecnológica equivalente para atender a demanda dos veículos utilizados, dos gestores, do controle e da logística, possibilitando o abastecimento e a fiscalização financeira e operacional, em caráter contínuo, ficando a cargo da contratada a comprovação em planilha dos valores a serem retidos com os recolhimentos de IRRF, ISS, DAE, DAM e outros tributos decorrentes da natureza da despesa dos postos credenciados em nome da Secretaria de Estado de Administração - SEAD e órgãos demandantes, bem como o encaminhamento das Notas Fiscais emitidas pelos postos credenciados, contemplando:

- a) Rede de Postos para o fornecimento de combustíveis, credenciando estabelecimentos idôneos para o fornecimento dos combustíveis, destinados aos diversos tipos de marcas e modelos de veículos utilizados pela SEAD e os que porventura venham a ser adquiridos durante a vigência do Contrato;

b) A Rede Credenciada de Postos deverá fornecer, no mínimo, os seguintes combustíveis: Gasolina comum, Óleo Diesel Comum e Óleo Diesel S-10;

c) Informatização dos controles através de sistema integrado de gestão de frota, possibilitando o lançamento de dados, emissão de relatórios financeiros, operacionais e gerenciais, que permitam controle total dos gastos;

d) Informatização de comprovantes de recolhimentos de IRRF, ISS, DAE, DAM e outros tributos decorrentes da natureza da despesa dos postos credenciados em nome da SEAD, conforme pontuado no Decreto Estadual nº 11.107, de 19 de agosto de 2022 e outros que porventura regulam os recolhimentos do Estado.

16.1.2. Disponibilizar relatórios gerenciais e operacionais informatizados, contendo: identificação, tipo de combustível, quantidade de litros, local, hora, data de cada abastecimento e número de quilômetros por litro de combustível, dos veículos.

16.1.3. Disponibilizar Sistema de Gerenciamento e Administração, voltado ao abastecimento e controle do consumo de combustíveis, contendo os seguintes dados:

a) Identificação dos veículos utilizados:

- Marca/modelo;
- Ano de fabricação;
- Chassi;
- Placa/Patrimônio;
- Tipo de combustível;
- Capacidade do tanque; e
- Autonomia de rodagem Km/litro.

b) Controle do abastecimento dos veículos:

- Data;
- Hora;
- Tipo de combustível;
- Quantidade de litros;
- Valor unitário da bomba;
- Valor total;
- Local do abastecimento;
- Hodrômetro; e
- Nome do condutor do veículo e espaço para sua assinatura.

16.1.4. Emitir relatórios cadastrais e gerenciais, tais como:

a) Cadastro de veículos:

- Marca;
- Modelo;
- Ano de fabricação;
- Chassi;
- Cor;
- Patrimônio;
- Placa; e
- Unidade de lotação.

b) Cadastro de usuários:

- Gestores.

c) Relatório de consumo de combustíveis:

- Por veículo utilizado;
- Por combustível;
- Por data;
- Por período; e
- Por Unidade de lotação.

d) Outros relatórios de interesse do Órgão.

16.1.5. Permitir, durante a execução do Contrato, a inclusão/exclusão de veículos listados pela Secretaria de Estado de Administração - SEAD e órgãos partícipes.

16.1.6. A transmissão dos dados de abastecimento e do condutor ao servidor do sistema deverá ser realizada em tempo real, salvo impossibilidade técnica devidamente comprovada pelo gestor do sistema. Nesta hipótese, os dados deverão ser transmitidos em até 24 (vinte e quatro) horas.

16.1.7. A transmissão dos dados relativos ao abastecimento e ao condutor poderá ser efetuada por qualquer forma de tecnologia de transmissão de dados, tais como: rádio frequência, sistema de posicionamento global (GPS), cabeada, dentre outros.

16.1.8. Os postos de abastecimento, bem como seus equipamentos, deverão ser certificados no âmbito do Sistema Brasileiro de Certificação, quando obrigatório; deverão estar em conformidade com as normas técnicas expedidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT (com destaque para NBR 13312, NBR 14639, NBR 15461 e NBR 17505).

16.1.9. Os postos credenciados deverão funcionar continuamente, durante todos os dias da semana, inclusive feriados.

16.1.10. A Secretaria de Estado de Administração - SEAD e órgãos partícipes deverão ter acesso aos dados dos abastecimentos realizados a partir dos Contratos firmados.

16.1.11. Oferecer treinamento para Gestores e Usuários da contratante, visando o gerenciamento de todo o sistema nos softwares utilizados pela contratada.

16.1.12. Deverá ser disponibilizado à Secretaria de Estado de Administração - SEAD e órgãos partícipes, acesso a software ou programa, via internet, com funcionamento on-line (tempo real), para a alimentação e alteração de parâmetros, bloqueio/desbloqueio de abastecimentos, bem como o gerenciamento das demais ocorrências, e também para a obtenção de informações relativas aos abastecimentos por meio de consultas e relatórios.

16.1.13. A Secretaria de Estado de Administração - SEAD e órgãos partícipes, poderão utilizar toda a rede de postos de abastecimento disponibilizados pela contratada, para abastecer suas unidades consumidoras.

16.2. DO SOFTWARE

16.2.1. O Software será disponibilizado à contratante, para utilização durante o prazo da vigência contratual, devendo apresentar listagem contendo sua identificação e numeração.

16.2.2. O Software de gerenciamento integrado deverá emitir relatórios gerenciais de controle da situação (histórico de quilometragem, etc.) e das despesas de abastecimento de combustível de cada um dos veículos utilizados pelo contratante, com as funcionalidades mínimas descritas:

a) Consolidação dos dados, permitindo a concentração destes e a emissão de relatórios nas bases de gerenciamento, localizadas onde a contratante indicar;

b) Informatização dos dados de consumo; e

c) Promoção de instalação de Bases de Gerenciamento, em locais determinados pela contratante, onde a contratada instalará os softwares de gerenciamento da frota do sistema, permitindo o acesso on-line a todos os dados relativos aos veículos, máquinas e embarcações e emissão, a qualquer momento, de relatórios gerenciais.

16.2.3. Todo e qualquer ônus referente a direitos de propriedade industrial, marcas e patentes, segredos comerciais e outros direitos de terceiros, bem como a responsabilidade por sua violação, suas consequências e efeitos jurídicos, são de responsabilidade da contratada, se esta tiver dado causa por sua culpa ou dolo, que deverá por eles responder, e defender a contratante em juízo, ou fora dele, contra reclamações relacionadas com o assunto.

16.2.4. A utilização das ferramentas tipo softwares será precedida de treinamento específico e obedecerá aos manuais e procedimentos que os acompanharem, sendo de responsabilidade da contratada, a manutenção e/ou substituição dos equipamentos que se mostrarem insatisfatórios à plena execução dos serviços.

16.2.5. Deverá haver pelo menos 02 (dois) perfis de acesso ao software disponibilizado:

I - Gestor Master de Contrato: terá acesso irrestrito às informações dos abastecimentos das unidades consumidoras. Podendo incluir ou alterar parâmetros para as unidades consumidoras e terá acesso às informações dos abastecimentos de todas as unidades consumidoras (UCs). Deverá estabelecer o nível de acesso permitido (consulta/administração) ao software para cada unidade e usuário, podendo um ou mais usuários terem acesso completo ou parcial a toda a sua frota, de acordo com suas respectivas responsabilidades e terá acesso às informações dos abastecimentos de todas as unidades consumidoras. Deverá determinar os parâmetros para o conjunto das suas unidades consumidoras.

II - Gestor de Frota de Administrativo: Podendo ter um ou mais gestores com acesso às informações dos abastecimentos das unidades consumidoras vinculadas a ela, possuindo apenas acesso à visualização para consulta de dados.

16.2.6. O software deverá permitir aos gestores de frota parametrizar a liberação e/ou o bloqueio do abastecimento, no mínimo, por:

- a) Número de transações (por dia, semana, mês);
- b) Horário e dia do abastecimento;
- c) Média KM percorrido por litro (Km/l);
- d) Tipo de combustível;
- e) Veículo e/ou unidade do órgão e entidade;
- f) Capacidade do tanque do veículo;
- g) Limite de crédito mensal por UC (diário ou mensal, quando o caso).

16.2.7. O software também deverá permitir que o Gestor Master estabeleça uma quota, em valor ou volume, para a frota do órgão/entidade, ou frota de uma unidade do órgão/entidade, ou para os veículos, individualmente. Estas quotas poderão ser alteradas e redistribuídas e terão como limite ou teto o saldo total de combustível estabelecido pelo do órgão/entidade para as suas unidades consumidoras. A alimentação das quotas mensais poderá ser feita manual ou automaticamente, quando for o caso.

16.2.8. Todo abastecimento realizado fora dos critérios ou parâmetros definidos deverá ser identificado e apresentado de forma diferenciada no software.

16.2.9. Deverá ser possível aos Gestores Master e de Frota emitirem relatórios gerenciais, operacionais e financeiros para controle e gestão das informações sobre as unidades consumidoras e suas respectivas despesas com os abastecimentos. Estes relatórios poderão ser detalhados ou consolidados por período (dia, semana, mês, etc.); unidade, órgão e Estado (formado pelo conjunto de todos os órgãos e entidades participantes do Registro de Preços) e local de abastecimento (posto e município), durante todo o período de vigência do contrato. Tais relatórios poderão contemplar também o desempenho dos veículos, tais como consumo e quilometragem percorrida; preços históricos unitários em R\$/L por tipo de combustível, além dos possíveis desvios em relação aos parâmetros adotados.

16.2.10. Os relatórios relativos aos abastecimentos de combustível, gestão e controle das unidades consumidoras dos órgãos participantes poderão ser exibidos em tela, impressos e salvos em alguma extensão de arquivo, tais como, XLS, PDF, TXT, DOC, etc.

16.2.11. A contratada deverá permitir e viabilizar a integração do seu software com os sistemas legados do Estado do Acre.

#### 16.3. DOS CARTÕES MAGNÉTICOS OU ELETRÔNICOS

16.3.1. Disponibilizar, no mínimo, 01 (um) cartão magnético ou eletrônico para cada veículo utilizado, que deverá ser individual e intransferível; e 01 (um) cartão magnético ou eletrônico livre, que servirá, eventualmente, para abastecer a frota de outros órgãos que estiverem prestando serviço para a Administração.

16.3.2. O cadastramento de cada cartão deve ser vinculado o número de patrimônio do veículo.

16.3.3. Adotar sistema de segurança que vincule o cartão à frota, de forma que impeça o abastecimento de outros veículos, máquinas e embarcações utilizados que não sejam autorizados pela contratante, permitindo o controle sobre todos os abastecimentos, veículos e condutores.

16.3.4. Disponibilizar senhas individuais para os servidores que serão indicados pela contratante.

16.3.5. O uso indevido do cartão magnético ou eletrônico da frota, não autorizado, cancelado ou bloqueado pela base operacional, se constatado, será considerado falha do sistema e as despesas efetivadas serão suportadas pela contratada.

16.3.6. Os cartões magnéticos ou eletrônicos deverão ser individuais para identificação dos veículos utilizados e realização dos abastecimentos na rede credenciada, sem ônus à contratante no primeiro fornecimento.

16.3.7. Os cartões magnéticos ou eletrônicos poderão ser substituídos pela contratada, individualmente, sem ônus adicional à contratante, quando ocorrer um dos seguintes eventos:

- a) Extravio do cartão, pela primeira vez, por parte do usuário;
- b) Danificação do cartão, pela primeira vez, por parte do usuário;
- c) Quando ocorrer o desgaste natural ou se verificar a necessidade técnica de substituição do cartão.

16.3.8. A contratada deverá apresentar o preço unitário de emissão do cartão magnético ou eletrônico, a fim de eventuais necessidades de aquisições por parte da contratante, nas condições em que a sua disponibilização não for gratuita.

#### 16.4. DA MÁQUINA DE CARTÃO EM POSTOS DE ABASTECIMENTO

16.4.1. Será de obrigatoriedade da contratada o cadastramento e contratação de postos de combustíveis que apresentem uma maquineta de abastecimento para a frota operacional.

16.4.2. Todas as taxas decorrentes do uso da máquina destinada à contabilidade dos abastecimentos deverão ocorrer pelo posto cadastrado.

#### 16.5. DO CONTROLE E SEGURANÇA DO SISTEMA

16.5.1. Deverão ser atendidas as seguintes garantias e exigências mínimas de segurança do sistema:

- a) Sistema de segurança que impeça o abastecimento de outros veículos utilizados que não sejam autorizados pela contratante, permitindo o controle sobre todos os abastecimentos;
- b) Uso do cartão para qualquer operação somente será possível após a digitação de uma senha válida do usuário;
- c) Bloqueio do cartão de veículos/usuário, realizado pela contratante, que deverá ser feito on-line a partir da Sede da SEAD em Rio Branco/AC;
- d) Deverá ser possível a troca/validação da senha do usuário, sempre que houver necessidade;
- e) Cancelamento do cartão, que somente poderá ser feito por servidor designado pelo Fiscal do Contrato ou credenciado pela contratante para esse fim;
- f) As placas/patrimônio dos veículos cadastrados, pertencentes à SEAD, serão vinculadas aos cartões magnéticos/eletrônico;
- g) O abastecimento de combustíveis, junto aos postos de abastecimento e demais estabelecimentos da rede, só poderá ser efetivado por meio do uso do cartão magnético ou eletrônico.

16.5.2. A empresa contratada não será responsável por nenhum reembolso de valor decorrente do uso de cartão perdido, furtado ou roubado que não for bloqueado tempestivamente pela contratante.

#### 16.6. DA GARANTIA DO SERVIÇO

16.6.1. A contratada deverá garantir a qualidade do combustível e arcar com qualquer prejuízo à contratante decorrente de sua utilização;

16.6.2. Ficará sobre a inteira responsabilidade da contratada a garantia da qualidade mínima do combustível fornecido, sob pena das sanções cabíveis.

16.6.3. A contratante se reserva no direito de colher amostras do combustível para análise de qualidade, compatibilidade, autenticidade e outros que se fizerem necessários.

#### 16.7. DOS VEÍCULOS

16.7.1. Os veículos, utilizados pela Secretaria de Estado de Administração, serão informados à contratada até a data da ordem de serviço emitido pela contratante, com suas respectivas especificações técnicas, agrupado por tipo de combustível e placa.

16.7.2. Os veículos utilizados poderão ser alterados por meio de novas aquisições e/ou desfazimento.

16.8. DAS CIDADES COM POSTOS DE ABASTECIMENTO

16.8.1. A contratada deverá credenciar até a data da assinatura da Ata de Registro de Preços os postos para realizarem os abastecimentos necessários da contratante nas cidades indicadas abaixo, com as respectivas quantidades mínimas de postos de abastecimento;

16.8.2. Os postos credenciados deverão estar sediados dentro do perímetro urbano dos municípios indicados abaixo;

16.8.3. A indicação dos municípios representam uma quantidade de mínima de atendimento às necessidades da Administração, não devendo ser caracterizado como delimitação exata do perímetro de possíveis abastecimentos a serem realizados, tendo em vista que, conforme a necessidade de deslocamento de cada unidade da SEAD, os abastecimentos poderão ser realizados em qualquer posto que for credenciado pela contratada, independente da localidade, podendo ser interestadual ou intermunicipal.

Nº	MUNICÍPIOS DO ESTADO DO ACRE	QUANTIDADE MÍNIMA DE POSTOS CREDENCIADOS
1	Acrelândia	01
2	Assis Brasil	01
3	Brasiléia	01
4	Bujari	01
5	Capixaba	01
6	Cruzeiro do Sul	03
7	Epitaciolândia	01
8	Feijó	01
9	Jordão	01
10	Mâncio Lima	01
11	Manoel Urbano	01
12	Marechal Thaumaturgo	01
13	Plácido de Castro	01
14	Porto Acre	01
15	Porto Walter	01
16	Rio Branco	06
17	Rodrigues Alves	01
18	Santa Rosa do Purus	01
19	Sena Madureira	01
20	Senador Guiomard	01
21	Tarauacá	01
22	Xapuri	01
TOTAL		29
Nº	ESTADO VIZINHO	QUANTIDADE MÍNIMA DE POSTOS CREDENCIADOS
1	Rondônia (em todos os municípios)	No mínimo 01 posto credenciado em perímetro urbano de cada município

16.9. CADASTRO DE USUÁRIO EXTERNO DO SEI

16.9.1. O SEI disponibiliza cadastro para usuários externos, destinado a pessoas físicas que participem em processos administrativos junto ao Poder Executivo Estadual do Acre, independente de vinculação a determinada pessoa jurídica, em conformidade com os Normativos: Decreto nº 8.478, de 10/02/2018 e IN Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22/02/2018;

16.9.2. Conforme exigência estadual, os Usuários externos (Pessoa Física/Representante de Pessoa Jurídica) que participem de processos administrativos junto ao Governo do Estado do Acre, necessitam realizar cadastro e assinar Termo de Concordância de Usuários Externos para uso do SEI/AC.

16.9.3. A homologação e liberação do cadastro do(s) Usuário(s) Externo(s) no sistema SEI/AC, ocorrerão mediante cumprimento de requisitos de validação em conformidade com os documentos relacionados no Sistema Eletrônico de Informações SEI ([Sistema SEI/AC](#)), quais sejam:

- a) Cópia digitalizada legível do Termo de Concordância e Cadastro preenchido e assinado ([Termo de Usuário Externo](#));
- b) Cópia digitalizada legível de documento de identificação com foto, que conste o CPF, RG (data expedição);
- c) Cópia digitalizada legível de Procuração, Termo de Posse, ATA ou outro documento caso o Usuário Externo esteja representando alguma organização pública ou privada;
- d) Cópia do CNPJ da entidade representada, quando for o caso;
- e) Cópia do Comprovante de endereço atualizado, máximo de 60 (sessenta) dias da data de emissão, da Pessoa Física e/ou Pessoa Jurídica;
- f) Autorretrato (Selfie) segurando o documento de Identificação (CNH, RG, PASSAPORTE, outros documentos Oficiais com foto.)
- g) Os documentos deverão ser encaminhados por meio do mesmo e-mail cadastrado pelo Usuário Externo no sistema SEI/AC - <http://www.sei.ac.gov.br>

16.10. DA ASSINATURA DE DOCUMENTOS

16.11. As assinaturas de Atas de Registro de Preços e de Contratos deverão ocorrer por meio de sistema institucional SEI.

16.12. O cadastro de fornecedores deverá ser feito nos moldes do item 4.14 que trata do cadastro de usuário externo SEI.

16.13. Posterior ao cadastro ou caso o fornecedor já possua cadastro de usuário externo, solicita-se que seja informado à SEAD o usuário do fornecedor via e-mail ([gestao.gov.ac@gmail.com](mailto:gestao.gov.ac@gmail.com) e [aquisicoes.sead@gmail.com](mailto:aquisicoes.sead@gmail.com)) para que seja possível a futura disponibilização de documentos para assinaturas.

16.14. DA PRESTAÇÃO DE GARANTIA

16.15. Não será exigida prestação de garantia para fins de contratação.

17. **CLAUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DISPOSITIVOS ANTICORRUPÇÃO**

17.1. A empresa contratada deverá cumprir, durante toda a execução do contrato, a legislação pertinente à integridade nas relações com a Administração Pública, especialmente a Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), bem como observar os princípios da moralidade, legalidade e interesse público.

17.2. A Contratada declara expressamente que não oferecerá, dará, prometerá, solicitará ou aceitará, direta ou indiretamente, qualquer vantagem indevida, suborno, propina, comissão ou qualquer outra forma de benefício ilícito a agentes públicos ou terceiros em razão deste contrato.

17.3. A Contratada se compromete a cumprir todas as disposições da Lei Federal n.º 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), da Lei Estadual n.º 3.747/2021 (Programa de Integridade e Compliance do Estado do Acre) e demais normas aplicáveis.

17.4. A Contratada se compromete a divulgar, no âmbito de sua organização, o canal de denúncias da (ÓRGÃO), assegurando que qualquer colaborador possa relatar irregularidades relacionadas à execução deste contrato. Para tanto, deverão ser informados os seguintes meios de contato:

E-mail:

Telefone:

WhatsApp:

Endereço:

18. **CLAUSULA DÉCIMA OITAVA - DA EXTINÇÃO DOS CONTRATOS**

- 18.1.

O contrato poderá ser extinto, nas hipóteses previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, arts. 137, 138 e 139, bem como seus incisos, alíneas e alterações posteriores.
19.

CLAUSULA DÉCIMA NONA - DA NULIDADE DOS CONTRATOS
- 19.1.

O contrato poderá ter sua nulidade formalizada com base nos arts. 147, 148, 149 e 150 da Lei Federal nº 14.133/2021.
20.

CLAUSULA VIGÉSIMA - MATRIZ DE RISCO
- 20.1.

A Matriz de Risco, constituirá parte integrante do Contrato, por meio do Anexo I deste instrumento.
21.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DOS CASOS OMISSOS
- 21.1.

Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, Decreto nº 11.363/2023 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.
22.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES
- 22.1.

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 22.2.

O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 22.3.

Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.
23.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO
- 23.1.

Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.
24.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DO FORO
- 24.0.1.

Fica eleito o foro da Justiça Comum da Comarca de Rio Branco, Acre, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
- 24.0.2.

\_\_\_\_\_

Contratante

\_\_\_\_\_

XXXX

Representante Legal

Contratada

ANEXO I

MATRIZ DE RISCO

<b>OBJETO DA CONTRATAÇÃO:</b> A Matriz de Risco foi elaborada para a a formação do Registro de Preços que tem como objeto a contratação de empresa para prestação de serviços especializados na administração, gerenciamento e fornecimento de combustível na forma de cartão magnético ou similar (sistema web, chips, tag's eletrônicas - RFID) ou outra solução tecnológica equivalente para atender a demanda dos veículos oficiais da frota da Secretaria de Estado de Administração - SEAD, bem como dos demais órgãos partícipes que compõem o Poder Executivo do Estado do Acre (ITERACRE, AGEAC, SEPI, EMATER, IAPEN, PROCON, SEHURB, PMAC, SEPLAN, ANAC, SANEACRE, SEAGRI, CBMAC, PCAC, ISE, SEGOV, SECOM, FEM).					
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL					
Lei 14.133/2021, art. 6, inc. XXVII.					
Lei 14.133/2021, art. 103.					
Decreto nº 11.363/2023, art. 91 e 92.					
SEQ.	ÓRGÃOS DEMANDANTES (gerenciador e partícipe)				
1	Secretaria de Estado de Administração - SEAD (gerenciador)				
2	Instituto de Terras do Acre - ITERACRE				
3	Agência Reguladora dos Serviços Públicos do Estado do Acre - AGEAC				
4	Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas - SEPI				
5	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Acre - EMATER				
6	Instituto de Administração Penitenciária - IAPEN				
7	Instituto de Proteção e Defesa do Consumidor do Acre - PROCON				
8	Secretaria de Estado de Habitação e Urbanismo - SEHURB				
9	Polícia Militar do Estado do Acre - PMAC				
10	Secretaria de Estado de Planejamento - SEPLAN				
11	Agência de Negócios do Acre - ANAC				
12	Serviço de Água e Esgoto do Estado do Acre - SANEACRE				
13	Secretaria de Estado de Agricultura - SEAGRI				
14	Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Acre - CBMAC				
15	Polícia Civil do Estado do Acre - PCAC				
16	Instituto Socioeducativo do Estado do Acre - ISE				
17	Secretaria de Estado de Governo - SEGOV				
18	Secretaria de Estado de Comunicação - SECOM				
19	Fundação de Cultura Elias Mansour - FEM				
MATRIZ					
Evento de Risco	Evento (causa)	Probabilidade	Impacto	Responsabilidade	Ação de Mitigação/Contingência
Variação dos Preços	Variações na tabela ANP	Alta	Valor planejamento para consumo anual	Contratada	O fornecedor assume oscilações ordinárias do mercado. O desconto/taxa ofertada deve absorver oscilações comuns.



Inconsistência no controle de consumo	Falha na integração do sistema web ou uso indevido de senhas/tags.	Baixa	Dano ao erário e dificuldade na prestação de contas.	Contratante	Treinamento dos gestores de frota e auditorias mensais via relatórios do sistema.
Inadimplência da Administração	Indisponibilidade Orçamentária	Média	Interrupção do serviço público por falta de pagamento	Contratante	Monitoramento orçamentário constante e reserva de dotação específica.
Rede credenciada insuficiente (vazio geográfico)	Dificuldade da contratada em credenciar postos em municípios isolados do Acre (especialmente os isolados)	Média	Interrupção do serviço público por falta de abastecimento	Contratada	Exigência em edital de rede mínima obrigatória por município. Obrigatoriedade de rede credenciada em todos os municípios do Acre (especialmente os isolados).
Fraude no abastecimento (cartão x placa)	Utilização de cartões magnéticos sem a devida conferência do odômetro ou placa do veículo.	Baixa	Dano ao erário e desvio de finalidade pública.	Compartilhado	Uso obrigatório de tecnologia (Tag/RFID) que impeça a transação fora do bocal do veículo oficial.  Trava de segurança (litragem/placa/matricula).
Indisponibilidade do sistema de dados (web/offline)	Queda do sistema de autorização em áreas com baixa conectividade de internet.	Média	Impossibilidade de abastecimento imediato e atraso em missões oficiais.	Contratada	Plano de contingência para autorização manual/offline (solução imediata)
Compliance	Adesões indevidas	Baixa	Falta de controle sobre os limites de adesão por órgãos não participantes.	SEAD (gerenciador)	Bloqueio de autorização para novas adesões ao atingir o limite para adesão a ARP.
Qualidade	Combustível fora das especificações da ANP	Média	Quebra de motores e prejuízo à garantia da frota	Contratada	Exigência de laudos periódicos e seguro de responsabilidade civil para danos mecânicos.
Estouro do teto global (consumo acima do previsto no empenho)	Aumento de demandas dos serviços ofertados	Média	Comprometimento na execução dos serviços	Contratante	Alerta quando o consumo atingir 80% do saldo empenhado.
Entrega tag's, chips...	Atraso na confecção das tag's pelo fabricante	Alta	Comprometimento/interrupção na execução dos serviços	Contratada	Prazo máximo de 3 (três) dias úteis para entrega e ativação da frota total.



Documento assinado eletronicamente por **MARA CLICIA EUGENIO ROSAS LEITE, Assessor(a) Técnico(a)**, em 06/05/2026, às 10:07, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0020666687** e o código CRC **6A559F9F**.

ANEXO IV DO EDITAL - PROPOSTA DE PREÇOS (MODELO)

Referente: Edital Pregão Eletrônico SRP N.º \_\_\_\_/\_\_\_\_.

Apresentamos a V.S., nossa Proposta de fornecimento de serviços especializados \_\_\_\_\_, nos termos do Edital e seus Anexos.

NOME COMPLETO DO LICITANTE: \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

EMAIL: \_\_\_\_\_

TELEFONE: \_\_\_\_\_

CONFORME TABELA CONSTANTE NO ITEM 2. DO TERMO DE REFERÊNCIA

TEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	PERCENTUAL DE DESCONTO MÍNIMO (%) TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	VALOR DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO ESTIMADO (R\$)	PERCENTUAL DE DESCONTO OFERTADO TAXA DE ADMINISTRAÇÃO (%)	VALOR OFERTADO DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO ANUAL (R\$)
1	Prestação de serviços especializados na administração, gerenciamento e fornecimento de combustível na forma de cartão magnético ou similar (sistema web, chips, tag's eletrônicas - RFID) ou outra solução tecnológica equivalente para atender a demanda dos veículos oficiais da frota da Secretaria de Estado de Administração - SEAD, bem como dos demais órgãos partícipes que compõem o Poder Executivo do Estado do Acre (ITERACRE, AGEAC, SEPI, EMATER, IAPEN, PROCON, SEHURB, PMAC, SEPLAN, ANAC, SANEACRE, SEAGRI, CBMAC, PCAC, ISE, SEGOV, SECOM, FEM).	4,15%	1.948.185,71		

O prazo de validade de nossa proposta de preços é de xx (xxxxxxx) dias, contados da data da abertura da licitação.

Prazo de entrega conforme especificações do Anexo I.

Declaramos que nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa

Notas:

- Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no COMPRASGOV e as especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência deste Edital prevalecerão às últimas.
- O prazo mínimo de validade da proposta será de 90 dias a contar da sessão pública.
- Vide outras determinações no Anexo I – Termo de Referência, deste Edital.

**ANEXO V DO EDITAL - MATRIZ DE RISCO**

**MATRIZ DE RISCO SEI Nº 3/2026/SEAD - DICAQ**

**OBJETO DA CONTRATAÇÃO:** A Matriz de Risco foi elaborada para a a formação do Registro de Preços que tem como objeto a prestação de serviços especializados na administração, gerenciamento e fornecimento de combustível na forma de cartão magnético ou similar (sistema web, chips, tag's eletrônicas - RFID) ou outra solução tecnológica equivalente para atender a demanda dos veículos oficiais da frota da Secretaria de Estado de Administração - SEAD, bem como dos demais órgãos partícipes que compõem o Poder Executivo do Estado do Acre.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
Lei 14.133/2021, art. 6, inc. XXVII.
Lei 14.133/2021, art. 103.
Decreto nº 11.363/2023, art. 91 e 92.

SEQ.	ÓRGÃOS DEMANDANTES (gerenciador e partícipe)
1	Secretaria de Estado de Administração - SEAD (gerenciador)
2	Instituto de Terras do Acre - ITERACRE
3	Agência Reguladora dos Serviços Públicos do Estado do Acre - AGEAC
4	Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas - SEPI
5	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Acre - EMATER
6	Instituto de Administração Penitenciária - IAPEN
7	Instituto de Proteção e Defesa do Consumidor do Acre - PROCON
8	Secretaria de Estado de Habitação e Urbanismo - SEHURB
9	Polícia Militar do Estado do Acre - PMAC
10	Secretaria de Estado de Planejamento - SEPLAN
11	Agência de Negócios do Acre - ANAC
12	Serviço de Água e Esgoto do Estado do Acre - SANEACRE
13	Secretaria de Estado de Agricultura - SEAGRI
14	Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Acre - CBMAC
15	Polícia Civil do Estado do Acre - PCAC
16	Instituto Socioeducativo do Estado do Acre - ISE
17	Secretaria de Estado de Governo - SEGOV
18	Secretaria de Estado de Comunicação - SECOM
19	Fundação de Cultura Elias Mansour - FEM

MATRIZ DE RISCO					
Evento de Risco	Evento (causa)	Probabilidade	Impacto	Responsabilidade	Ação de Mitigação/Contingência
Variação dos Preços	Variações na tabela ANP	Alta	Valor planejamento para consumo anual	Contratada	O fornecedor assume oscilações ordinárias do mercado. O desconto/taxa ofertada deve absorver oscilações comuns.
Inconsistência no controle de consumo	Falha na integração do sistema web ou uso indevido de senhas/tags.	Baixa	Dano ao erário e dificuldade na prestação de contas.	Contratante	Treinamento dos gestores de frota e auditorias mensais via relatórios do sistema.
Inadimplência da Administração	Indisponibilidade Orçamentária	Média	Interrupção do serviço público por falta de pagamento	Contratante	Monitoramento orçamentário constante e reserva de dotação específica.
Rede credenciada insuficiente (vazio geográfico)	Dificuldade da contratada em credenciar postos em municípios isolados do Acre (especialmente os isolados)	Média	Interrupção do serviço público por falta de abastecimento	Contratada	Exigência em edital de rede mínima obrigatória por município. Obrigatoriedade de rede credenciada em todos os municípios do Acre (especialmente os isolados).
Fraude no abastecimento (cartão x placa)	Utilização de cartões magnéticos sem a devida conferência do	Baixa	Dano ao erário e desvio de finalidade pública.	Compartilhado	Uso obrigatório de tecnologia (Tag/RFID) que impeça a transação fora do bocal do veículo oficial.

	odômetro ou placa do veículo.				Trava de segurança (litragem/placa/matricula).
Indisponibilidade do sistema de dados (web/offline)	Queda do sistema de autorização em áreas com baixa conectividade de internet.	Média	Impossibilidade de abastecimento imediato e atraso em missões oficiais.	Contratada	Plano de contingência para autorização manual/offline (solução imediata)
Compliance	Adesões indevidas	Baixa	Falta de controle sobre os limites de adesão por órgãos não participantes.	SEAD (gerenciador)	Bloqueio de autorização para novas adesões ao atingir o limite para adesão a ARP.
Qualidade	Combustível fora das especificações da ANP	Média	Quebra de motores e prejuízo à garantia da frota	Contratada	Exigência de laudos periódicos e seguro de responsabilidade civil para danos mecânicos.
Estouro do teto global (consumo acima do previsto no empenho)	Aumento de demandas dos serviços ofertados	Média	Comprometimento na execução dos serviços	Contratante	Alerta quando o consumo atingir 80% do saldo empenhado.
Entrega tag's, chips...	Atraso na confecção das tag's pelo fabricante	Alta	Comprometimento/interrupção na execução dos serviços	Contratada	Prazo máximo de 3 (três) dias úteis para entrega e ativação da frota total.

Mara Clícia E. Rosas Leite  
Divisão de Aquisições - DICAQ

Aélcio Alves Pereira Neto  
Chefe da Divisão de Compras e Aquisições - DICAQ  
Portaria SEAD nº 638/2025



Documento assinado eletronicamente por **MARA CLICIA EUGENIO ROSAS LEITE, Assessor(a) Técnico(a)**, em 18/03/2026, às 13:43, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **AELICO ALVES PEREIRA NETO, Gestor de Políticas Públicas**, em 18/03/2026, às 13:49, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0019874622** e o código CRC **66D40813**.